

RELATÓRIO

MPAL

GESTÃO INSTITUCIONAL 2020 - Março de 2024
Ministério Público do Estado de Alagoas

www.mpal.mp.br

CONSTRUÇÕES
E REFORMAS

NOMEAÇÃO DE NOVOS
PROMOTORES DE JUSTIÇA
E SERVIDORES

INVESTIMENTO EM
TI E COMUNICAÇÃO



Relatório de Gestão Institucional 2020/2024
Publicação do Ministério Público do Estado de Alagoas

EXPEDIENTE

Procurador-geral de Justiça

Márcio Roberto Tenório de Albuquerque

Subprocurador-geral Administrativo-Institucional

Lean Antônio Ferreira de Araujo

Subprocurador-geral Judicial

Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá

Subprocurador-geral Recursal

Valter José de Omena Acioly

Corregedor-geral do Ministério Público

Maurício André Barros Pitta

Corregedor-geral Substituto

Vicente Felix Correia

Ouvidor-geral do Ministério Público

Eduardo Tavares Mendes

Ouvidor-geral Substituto

Isaac Sandes Dias

Chefe de Gabinete

Humberto Henrique Bulhões Barros Paula Nunes

Diretor da Escola Superior do Ministério Público

Walber José Valente de Lima

Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça

Humberto Pimentel Costa

Secretário do Conselho Superior

Marcus Aurélio Gomes Mousinho

Diretor do CAOP

José Antônio Malta Marques

Coordenador do GAECO

Antônio Luiz dos Santos Filho

Coordenador do GAESF

Cyro Blatter Moreira

Coordenador do NGI

Hamilton Carneiro Júnior

Coordenador do GSI

Luiz José Gomes Vasconcelos

Coordenador da Assessoria Técnica da PGJ

Luciano Romero da Matta Monteiro

Assessor Especial do Procurador-Geral

Edezilto Santos Andrade

Diretor-geral

Carlos Eduardo Ávlia Cabral

Diretor de Apoio Administrativo

Ivan de Holanda Montenegro

Diretora de Programação e Orçamento

Jamille Mendonça Setton Mascarenhas

Diretor de Contabilidade e Finanças

Arthur Tavares de Carvalho Barros

Diretora de Recursos Humanos

Dilma Alves de Queiroz

Diretor de Tecnologia da Informação

Marcel de Castro Vasconcelos

Diretora de Comunicação

Janaina Ribeiro Soares

Diretora da Controladoria Interna

Priscilla Gonçalves Tenório Lins Teixeira

Consultora Jurídico-Administrativa

Elenise Daudt Tenório de Souza

PRODUÇÃO EDITORIAL

Janaina Ribeiro Soares

Jornalista Responsável - MTB 757/AL

Ethiene Ribeiro Fonseca

Jornalista

Dulce de Araújo Melo

Jornalista

Flávia Pâmela de Lima

Jornalista

Thiago Henrique Ferreira

Publicitário / Projeto Gráfico

João Alcides de Sá Cerqueira

Relações Institucionais

Anderson Macena Cavalcante

Fotógrafo

Claudemir dos Santos Mota

Fotógrafo

Iel Ferreira da Silva

Estagiária de Design

www.mp.al.mp.br

Alagoas, março de 2024.

Sumário

05	Palavra do Procurador-Geral	31	Centro de Apoio Operacional
06	Investimentos gerais e gestão administrativa	31	Pandemia
07	Construções e reformas	32	Casas de Acolhimento
09	MPAL empossa novos Promotores de Justiça e servidores	32	Conselho de Segurança Pública
10	Diretoria de Apoio Administrativo	33	Caso Braskem
11	Diretoria de Recursos Humanos e as inovações na área de gestão de pessoas	34	Escola Superior do Ministério Público
13	Os avanços na área de tecnologia e informação	34	Atividades desenvolvidas
15	Assessoria de Cerimonial	35	Capacitações
18	A comunicação social e a relação com a sociedade	36	MP Pra Você
20	MPAL adquire equipamentos para aprimorar a comunicação social da instituição	36	I Caderno Literário
21	Assessoria militar e a segurança do Ministério Público	37	Caminhada em Comemoração ao Ministério Público
23	Atuação do Procurador-geral de Justiça	38	Corregedoria-geral
27	Processos e demais procedimentos	39	Ouvidoria
28	Sai Márcio Roberto, entra Lean Araújo para comandar o Ministério Público do Estado de Alagoas	40	Gaeco
29	Procuradorias Cíveis e Criminais	42	Gaesf
30	Atividade das Subprocuradorias-gerais Administrativa-Institucional, Judicial e Recursal	47	Ações premiadas
		53	Prêmio Excelência em Gestão de Projetos
		58	Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica
		59	Seção de Gestão Estratégica
		62	Seção de Gestão de Processos
		53	Seção de Gestão de Projetos



Palavra do PGJ

Ser procurador-geral de Justiça do nosso estimado Ministério Público do Estado de Alagoas muito nos honra. Termos sido escolhidos para chefiar a instituição da qual fazemos parte há mais de 35 anos nos desafia a sermos melhores na missão confiada de comandar os destinos desse órgão tão essencial na promoção de Justiça aos alagoanos e alagoanas.

Numa gestão que se iniciou em tempos pandêmicos, todos nós tivemos que nos reinventar e encontrar o melhor modelo para administrar uma instituição do porte do Ministério Público. Para satisfação nossa, o trabalho em formato híbrido, sendo remoto e presencial ao mesmo tempo, e que passou pela criação de uma força-tarefa para o enfrentamento ao novo coronavírus, conseguiu dar passos largos.

De um lado, discutimos medidas para combater os efeitos trágicos da Covid-19 que, lamentavelmente, fez mais de 709 mil vítimas fatais em todo o Brasil. Fiscalizamos o dinheiro público gasto com a pandemia, cobramos medidas para alunos não serem prejudicados quanto ao ano letivo, trabalhamos para evitar danos ao consumidor, fizemos tratativas para que gestores formalizassem a contratualização de novos leitos e a compra de equipamentos, medicamentos e insumos para combater o vírus que assolava a população, criamos um aplicativo para incentivar denúncias de violência doméstica. E houve muitas outras ações executadas. E, em paralelo a isso tudo, cuidamos também do nosso MPAL.

Investimos cerca de R\$ 9,3 milhões na construção das sedes das Promotorias de Justiça de Penedo, Atalaia, Palmeira dos Índios e Murici e, em breve, o Ministério Público de Delmiro Gouveia também terá seu próprio prédio. As obras foram iniciadas em dezembro de 2023 e, até o final do ano, teremos a grata satisfação de entregar esse imóvel que, sem dúvida alguma, a exemplo dos demais, oferecerá melhores condições de trabalho para membros e servidores, além de espaços mais confortáveis para a população que precisa dos nossos serviços. O prédio-sede do MPAL também passou por reformas, com melhorias tendo sido executadas no 1º e 3º andares, no auditório e na Corregedoria-Geral, o que deu mais modernidade a esses espaços.

Honrando os compromissos assumidos, valorizamos a carreira de procuradores e promotores de Justiça e servidores. Implantamos o auxílio-saúde e o acervo indenizatório, além de termos instituído oficialmente a compra de férias.

As promoções e remoções seguiram ocorrendo quase todos os meses. E os servidores, todos os anos, tiveram aplicado o justo reajuste salarial, um direito previsto em lei.

As nomeações também vieram. Foram cinco novos promotores de Justiça e 171 servidores, entre efetivos e comissionados, que passaram a integrar os quadros da instituição com a finalidade melhor servir à sociedade. E com o reajuste orçamentário conquistado para 2024, a meta é nomearmos ainda mais pessoas. Adquirimos também centenas de equipamentos e acessórios de informática e de comunicação, bem como mobiliário para que o trabalho das áreas-meio e fim pudesse ser aperfeiçoado.

Nas relações institucionais, estabelecemos diálogos harmônicos, onde prevaleceu sempre o respeito pelos poderes constituídos e demais órgãos e entidades que representam a sociedade civil organizada. Prezamos por tratativas cordiais por entendermos que elas são fundamentais à ordem constitucional.

Queremos também aproveitar esta oportunidade para agradecer. Tudo o que alcançamos também se deve a gestão compartilhada que desenvolvemos. Aos amigos procuradores de Justiça Lean Araújo, Valter Acioly e Sérgio Jucá que, juntamente conosco, fazem a administração superior, fica essa especial gratidão, assim como transmito-a igualmente ao chefe de gabinete, promotor de Justiça Humberto Bulhões. Da mesma forma, registramos o nosso muito obrigado a todos os membros e servidores que doaram o seu tempo e trabalho para nos auxiliar nessa nobre missão.

Os desafios foram e seguirão sendo muitos. O Ministério Público de Alagoas tem o menor orçamento entre os MPs do país, o que nos limita e impede de fazermos tudo aquilo que sonhamos. No entanto, seguiremos fazendo as escolhas que nos ajudam a permanecer sendo esse órgão no qual a sociedade deposita tantas esperanças. Enche-nos de orgulho saber que o cidadão confia no nosso trabalho e, é justamente para honrar essa confiança em nós depositada, que reafirmamos o comprometimento em defender a democracia, combater a corrupção e os demais diferentes tipos penais, fiscalizar o cumprimento da lei e trabalhar para levar justiça social ao povo.

Márcio Roberto Tenório de Albuquerque
Procurador-geral de Justiça

INVESTIMENTOS GERAIS E GESTÃO ADMINISTRATIVA

Com a gestão do procurador-geral de Justiça, Márcio Roberto Tenório de Albuquerque, o Ministério Público do Estado de Alagoas deu passos largos em busca do aperfeiçoamento nas áreas administrativa e de infraestrutura. No último quadriênio, os investimentos chegaram R\$ 16.441.222,08 com recursos empregados em construções e reformas de prédios do MPAL na capital e no interior, compra de equipamentos de comunicação, tecnologia e segurança privada e aquisição de veículos e mobiliários.

Tudo isso foi feito com orçamento próprio, num esforço da administração superior para oferecer

a membros, servidores e colaboradores melhores condições de trabalho, entregando a eles unidades mais modernizadas, o que lhes proporciona, diretamente, mais conforto e segurança.

E para que todos esses recursos fossem empregados da melhor forma, a Diretoria de Programação e Orçamento atuou no planejamento das ações do Ministério Público, trabalhando dentro de um processo racional para definir objetivos com vista ao atendimento das mais diversas demandas, seguindo as metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e no Plano Plurianual (PPA).

Aquisição de software: **R\$ 1.449.651,99**

Equipamento de tecnologia da informação: **R\$ 4.095.528,80**

Equipamento de processamento de dados: **R\$ 7.386.203,99**

Equipamentos para áudio, vídeo e foto: **R\$ 425.865,75**

Máquinas, utensílios e equipamentos diversos: **R\$ 527.347,03**

Máquinas e equipamentos energéticos: **R\$ 507.556,00**

Veículos de tração mecânica: **R\$ 882.720,00**

Mobiliário em geral: **R\$ 857.632,69**

Serviços técnicos profissionais de tecnologia da informação e comunicação: **R\$ 204.175,65**

Aparelhos de medição e orientação, utensílios domésticos e de escritório e equipamentos gráfico e de proteção, segurança e socorro: **R\$ 89.306,38**

Peças não incorporáveis a imóveis: **R\$ 15.233,80**

Investimento total: R\$ 16.441.222,08



Sede das Promotorias de Justiça de Palmeira dos Índios

CONSTRUÇÕES E REFORMAS MARCAM GESTÃO DE MÁRCIO ROBERTO

As unidades do Ministério Público do Estado de Alagoas na capital e no interior ganharam cara nova com as obras que executadas pela gestão do procurador-geral de Justiça, Márcio Roberto Tenório de Albuquerque. Entre construções e reformas, são aproximadamente R\$ 14 milhões, sendo R\$ 9,3 milhões destinados à edificação de prédios para abrigar novas promotorias de Justiça.

Entre 2020 e 2024, foram entregues as sedes das Promotorias de Justiça de Palmeira dos Índios, Penedo, Atalaia e Murici, cujos investimentos custaram R\$ 3,6 milhões, R\$ 2,5 milhões, R\$ 1,3 milhão e R\$ 1,8 milhão, respectivamente. Já a sede do MPAL em Delmiro Gouveia, orçada em R\$ 2,3 milhões, deverá ser inaugurada até o final deste ano. As obras seguem em ritmo acelerado.

Em paralelo, serviços de reforma e manutenção ocorreram ao longo desse período, o que contemplou diversas promotorias. Foram revitalizadas as unidades de Arapiraca, Boca da Mata, Maragogi, Matriz de Camaragibe, São Miguel dos Campos, Piranhas, Rio Largo, Traipu e Santana do Ipanema. Elas receberam quase R\$ 2,7 milhões de investimentos.

Além disso, no prédio-sede da instituição, a Biblioteca Ernani Méro e a sala da Engenharia (ambas situadas no 1º andar), todo o 3º andar, onde estão os gabinetes das procuradorias de Justiça, e a Corregedoria-Geral também passaram por reformas que visaram a reestruturação desses espaços. E, atualmente, o auditório está em obras.



Inauguração da sede das Promotorias de Justiça de Murici



Visita ao terreno das Promotorias de Justiça de Delmiro Gouveia

REFORMAS

- Biblioteca: R\$ 50.836,62
- Manutenção e modernização do 3º andar do prédio-sede: R\$ 771.757,95
- Sala da Seção de Engenharia e Diretoria de Apoio Administrativo: R\$ 10.152,66
- Promotoria de Justiça de Matriz de Camaragibe: R\$ 121.909,53
- Promotoria de Justiça de São Miguel dos Campos: R\$ 315.598,03
- Promotoria de Justiça de Rio Largo: R\$ 102.905,21
- Promotoria de Justiça de Justiça de Traipu: R\$ 124.238,74
- Promotoria de Justiça de Justiça de Arapiraca: R\$ 319.118,96
- Promotoria de Justiça de Justiça de Boca da Mata: R\$ 158.751,50
- Promotoria de Justiça de Justiça de Maragogi: R\$ 112.458,01
- Promotoria de Justiça de Justiça de Piranhas: R\$ 34.784,04
- Promotoria de Justiça de Justiça de Santana do Ipanema: R\$ 35.431,01

Total: R\$ 2.107.105,64

CONSTRUÇÕES

- Nova sede da Promotoria de Justiça de Palmeira dos Índios: R\$ 3.663.950,15
- Nova Promotoria de Justiça de Atalaia: R\$ 1.397.750,79
- Nova Promotoria de Justiça de Penedo: R\$ 2.579.995,66
- Nova Promotoria de Justiça de Murici: R\$ 1.770.788,77
- Nova Promotoria de Justiça de Delmiro Gouveia: R\$ 2.347.501,65

Total: R\$ 11.759.987,02

Total de reformas e construções: R\$ 13.867.092,66

Prédio da Promotoria de Justiça de Penedo





Solenidade de posse dos novos Promotores de Justiça



Solenidade de posse dos novos servidores

MPAL EMPOSSA NOVOS PROMOTORES DE JUSTIÇA E SERVIDORES

O Ministério Público do Estado de Alagoas nomeou, nos últimos quatro anos, cinco novos promotores de Justiça e 171 servidores efetivos e comissionados. Eles passaram a integrar os quadros da instituição com a finalidade de melhor servir à sociedade, garantindo a cada cidadão e cidadã os seus direitos.

Trabalhando em promotorias espalhadas por todas as regiões do estado, Frederico Alves Monteiro Pereira, Andrea de Andrade Teixeira, Gustavo Arns da Silva Vasconcelos, João de Sá Bomfim Filho e Izelman Inácio da Silva trabalham, atualmente, nas

Promotorias de Justiça de Delmiro Gouveia, Matriz do Camaragibe, Passo de Camaragibe, Maravilha e Cacimbinhas.

“Desde o primeiro dia que assumimos o cargo, tínhamos total ciência da responsabilidade de sermos promotores de Justiça. Sabemos o quanto a sociedade espera do Ministério Público na garantia dos seus direitos, na defesa da lei e do regime democrático, e asseguramos que todos nós, enquanto pertencermos a esta casa, vamos nos esforçar ao máximo para elevar cada vez mais o nome da instituição”, garantiu Frederico Alves.

Novos servidores

Já os 171 servidores que passaram a trabalhar no Ministério Público estão espalhados na capital e no interior, em quase todas as cidades alagoanas. Há novos funcionários, por exemplo, na Diretoria de Tecnologia da Informação e seção de Engenharia do MPAL, 8ª promotoria de Justiça de Arapiraca, Promotorias de Justiça do Júri da capital, 1ª e 2ª Promotorias de Justiça de Santana do Ipanema, Promotorias de Justiça de Delmiro Gouveia e Promotorias de Justiça de Marechal Deodoro.

Thomas Augusto Lucena Fireman, que assumiu agora em 2024 o cargo de analista jurídico, afirmou que o dia de sua posse foi de felicidade e realização profissional: “Eu já fazia parte do Ministério Público há 10 anos como técnico e tive a oportunidade, durante essa década, de participar de ações importantíssimas nas áreas da infância e juventude e na proteção aos direitos humanos. Mais recentemente, comecei a integrar o PLID, o Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos, e viver a sensação de levar alegria às famílias que têm seus entes encontrados é

inexplicável. Como analista, a partir de agora, quero renovar minha dedicação ao Ministério Público, tenho muito orgulho de pertencer a essa casa”, declarou ele.

À medida que tomaram posse, os membros e servidores foram recebendo as boas-vindas do procurador-geral de Justiça, Márcio Roberto Tenório de Albuquerque, que chamou atenção para o fato de que, com a nomeação deles para o órgão, o MPAL conseguiu aumentar a sua capilaridade, tendo mais profissionais atuando em todo o Estado de Alagoas. “A cada solenidade de posse, a nossa felicidade é renovada. Temos certeza que a chegada de novos promotores de Justiça e servidores tem trazido resultados extraordinários para a população, uma vez que eles passam a agir com dedicação na missão de serem agentes de transformação social”, afirmou o PGJ.

“Sintam-se integrantes dessa família que é o MP de Alagoas. E que tenham muito sucesso na jornada aqui dentro da nossa instituição”, acrescentou o chefe do MPAL.



Equipe da Diretoria de Apoio Administrativo

DIRETORIA DE APOIO ADMINISTRATIVO

A Diretoria de Apoio Administrativo (DAA) do Ministério Público do Estado de Alagoas, entre os anos de 2020 e 2024, desenvolveu uma série de ações para otimizar processos, melhorar a eficiência do órgão e contribuir para o alcance dos objetivos organizacionais. Durante esse período, o setor trabalhou na aquisição de equipamentos de proteção, segurança e socorro, mobiliário em geral e máquinas, utensílios e equipamentos domésticos, totalizando cerca de R\$ 2 milhões investidos. Ele também promoveu o trâmite legal para a compra de novos veículos.

Combate ao coronavírus

No período pandêmico, a Diretoria agiu diuturnamente na facilitação da continuidade das atividades do órgão ministerial, tendo um papel fundamental no enfrentamento à pandemia da Covid-19. Dentre suas principais realizações, destacam-se a distribuição de material de proteção a todas as promotorias de Justiça de Maceió e do interior, com kits compostos por álcool em gel, máscaras de tecido, termômetros, totens de dispenser de álcool e tapete sanitizante. Para além disso, foi realizada a sanitização de vários prédios do MPAL.

Também foi ampliada a distribuição de material de expediente e limpeza, cujas entregas ocorreram de forma programada nas unidades ministeriais.

E o setor também seguiu fazendo o controle contratual dos processos ligados ao fornecimento e manutenção de geradores e elevadores, aparelhos condicionadores de ar, envio de documentação pelos Correios, serviços gerais e atas de registro de preços. Os contratos para aquisição de combustível e locação de veículos igualmente estão sob a responsabilidade da área.

Totem na entrada do prédio-sede do MPAL



Engenharia e Arquitetura

A DAA também coordena a área de Engenharia Civil e Arquitetura, contratando e supervisionando as obras que são realizadas pelo Ministério Público. De perto, ela acompanhou todas as reformas e construções realizadas neste quadriênio.

Seção de Engenharia e Arquitetura





Equipe da Diretoria de Recursos Humanos

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS E AS INOVAÇÕES NA ÁREA DE GESTÃO DE PESSOAS

Um dos setores que registrou maior avanço na gestão 2020/2024 foi a Diretoria de Recursos Humanos do Ministério Público de Alagoas. Seu atual corpo de colaboradores, sob orientação da chefia da instituição, promoveu ações que resultaram no melhor desempenho de membros e servidores que integram o órgão ministerial.

As principais conquistas estão relacionadas à nomeação de novos promotores de Justiça e servidores, reajuste salarial e garantia de direitos relativos a verbas pecuniárias, a criação do

Programa de Assistência à Saúde Suplementar e a implementação e modernização de sistemas para instituição do trabalho remoto e para a confecção da folha de pagamento.

Em janeiro de 2022, por exemplo, a administração superior nomeou cinco novos promotores de Justiça. Eles passaram a compor os quadros da carreira do MPAL, ajudando a instituição a levar ainda mais justiça para vários municípios alagoanos.

171 novos servidores

Também tomaram posse 171 novos servidores efetivos e comissionados. Dentro desse número, 59 foram aprovados no concurso Público realizado em 2018, entre analistas para as áreas de Direito, Engenharia Civil e Comunicação Social, além de técnicos para a área meio, como da Tecnologia da Informação. Inclusive, um dos servidores, que atua no campo administrativo, é importante destacar, é cadeirante e está lotado na Promotoria de Justiça de São Miguel dos Campos, que passou pela reforma necessária para permitir a sua locomoção, o que comprovou o compromisso do órgão com a inclusão social.

Os demais 142 servidores ocupam cargos comissionados e passaram a trabalhar como assistentes de promotorias e procuradorias de Justiça, auxiliando os membros em suas atividades jurídicas.

Confira as principais realizações da DRH entre 2020/2024:

- Implantação do sistema GED, de gerenciamento eletrônico de documentos, que virtualizou a tramitação e gerenciamento de documentos e procedimentos administrativos com o objetivo de propiciar agilidade, produtividade, eficiência, transparência e redução de custos;
- Entre julho e novembro de 2023 foi iniciada a primeira etapa da pesquisa seriada sobre o clima organizacional no âmbito do MPAL. O objetivo foi levantar dados de membros, servidores, estagiários, trabalhadores cedidos e militares para avaliar o clima organizacional da instituição;

- Foram elevadas para 2ª entrância as Promotorias de Justiça das Comarcas de Girau do Ponciano, Mata Grande, São José da Tapera e Freira Grande, com criação dos respectivos cargos de promotor de Justiça. Também houve a extinção de cinco cargos de promotor de Justiça substituto de 1ª entrância e a criação de um cargo de promotor de Justiça de 2ª Entrância em Rio Largo;

- Reestruturação da Diretoria de Pessoal, que passou a se chamar Diretoria de Recursos Humanos;

- Na nova organização administrativa da Procuradoria-Geral de Justiça, houve a criação das coordenadorias de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, Pagamento de Pessoal, Licitações, Contratos e Convênios, Registro e Demonstrativos Contábeis e Interlocução com o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), além da criação das seções de Liquidação da Despesa, Pagamento da Despesa, Projeto, Acompanhamento Orçamentário e Registro de Empenho e Publicidade e Transparência de Contratos;

- Criação de 60 cargos de assistente de Promotoria de Justiça, 17 cargos de assistente de Procuradoria de Justiça, um cargo de assessor de gabinete;

- Transformação de cargos efetivos vagos em cargos de analista do Ministério Público na área jurídica, totalizando 47, além da criação de mais 31 cargos iguais;

- Nomeação de servidores efetivos e comissionados, sendo 59 aprovados no último concurso realizado em 2018. Também foram feitas 113 nomeações de cargos em comissão. Da mesma forma ingressaram no MPAL cinco novos promotores de Justiça;

- Contratação do sistema THEMA/ADMRH para

gerenciamento de folha de pagamento, cadastro de pessoas e envios de obrigações trabalhistas, como dados para o Tribunal de Contas e e-Social;

- Implantação do e-Social;

- Pagamentos da PAE;

- Pesquisa e elaboração do perfil etnográfico dos membros e servidores do MPAL;

- Elaboração da DIRF e comprovantes de rendimentos da declaração do IRRF, dos exercícios de 2020 a 2024;

- Recadastramento total de membros e servidores do MPAL;

- Implantação da Gratificação por Acervo Processual dos Membros do MPAL;

- Instituição do Programa de Assistência à Saúde Suplementar (Auxílio-saúde);

- Implementação da recomposição inflacionária dos servidores do MPAL de acordo com os índices oficiais;

- Indenização por férias não oportunamente gozadas por membros e servidores;

- Implementação do novo sistema de envio de informações ao Tribunal de Contas de Alagoas via SIAP;

- Modernização dos equipamentos de trabalho da Diretoria de Recursos Humanos;

- Reajuste do benefício auxílio-alimentação;

- Incentivo aos jogos dos servidores.

Equipe da Diretoria de Recursos Humanos





Equipe da Diretoria de TI

OS AVANÇOS NA ÁREA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO

A transformação digital promoveu mudanças tecnológicas em diversas áreas e setores da área pública, seja pela hiperconectividade e acessibilidade das pessoas através de redes, sistemas e aplicativos, bem como através de modernos equipamentos, possibilitando, assim, melhores experiências de trabalho com o uso da tecnologia frente aos desafios da atualidade.

A Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) do Ministério Público do Estado de Alagoas, ao longo dos últimos quatro anos, buscou atender as necessidades das áreas finalística e estruturante da instituição visando promover todo o atendimento necessário, e esse desafio só foi transformado em resultados otimizados e maximizados porque a Administração Superior da instituição endossou uma visão estratégica para o emparelhamento, modernização, inovação e evolução do parque tecnológico, disponibilizando recursos materiais e humanos para o aperfeiçoamento das atividades.

Os investimentos foram contínuos e,

somente no último ano, houve a aquisição de 168 novos computadores tipo desktop, além de monitores de vídeo, webcams, headsets, e scanners. Ainda em se tratando de infraestrutura do parque computacional, o data center foi equipado com dois nobreaks do tipo modular de 60 Kva e teve modernização nos equipamentos e soluções da rede de computadores e firewalls de última geração, o que resultou no investimento de cerca de R\$ 4 milhões.

Dentre os projetos, planos e ações realizados pela DTI, cabe destaque a migração do banco de dados do Sistema SAJ/MP da tecnologia/empresa Oracle para o PostgreSQL (open-source), uma vez que o Oracle é um banco de dados proprietário, que ensejava cobrança de licenças periódicas, e o PostgreSQL é um banco de dados open-source com versões livres, o que diminuiu drasticamente o custo envolvido. A economia gerada é estimada em R\$ 700 mil com licenças e R\$ 150 mil com suporte anual.

Equipe da Diretoria de TI



Soluções desenvolvidas:

- Atena - Assentamentos Funcionais - Desenvolvimento e implantação do sistema;
- Consulta ao Conselho Regional de Contabilidade - Desenvolvimento e implantação do sistema;
- Sistema Emissor de Certidões Extrajudiciais - Atualização e reativação;
- Socioeducação em Dados - Desenvolvimento e implantação do sistema;
- Socioeducação em Dados - Painéis de BI - Desenvolvimento e implantação dos painéis;
- Apolo - Painéis de BI - Desenvolvimento e implantação dos painéis;
- Inova - Painéis de BI e Planos de Atuação e Estratégico - Desenvolvimento dos painéis (em andamento);
- Inova - Painéis de BI do Escritório de Projetos - Desenvolvimento dos painéis (em andamento);
- Aplicativo Aprender a Proteger - Desenvolvimento e implantação do aplicativo;
- CarrancaWeb - Desenvolvimento de novas funções;
- Simba - Atualização para nova versão.

Serviços contratados continuados:

- Serviço de suporte técnico e atualização do software QLIK SENSE TOKEN;
- Aquisição de licenças de uso do software Adobe Creative Cloud para equipes Adobe GOV Creative Cloud for teams Multiplataforma;
- Suporte para solução de e-mail zimbra;
- Aquisição de 200 certificados digitais e-CPF;
- Solução de voz sob IP (VOIP);
- Solução de impressão;
- Solução de antivírus;
- Suporte técnico especializado para a solução Veeam Backup & Replication Enterprise;
- Serviço de sustentação, garantia de evolução tecnológica e funcional e serviço de apoio técnico especializado do sistema SAJ/MP;
- Suporte da solução banco de dados Oracle;
- Contratação de empresa para fornecimento de links de internet e serviço ponto a ponto;
- 140 modems de Internet com tecnologia 4G.

Novos serviços contratados:

- Licença de uso de plataforma de webconferência (Zoom);
- Contratação de serviço de fibra apagada;

- Licenças para o software OrçaFascio, ferramenta destinado ao orçamento e planejamento de obras e serviços de engenharia em plataforma on-line;
- Licenças de uso do Autodesk Architecture Engineering Construction Collection Commercial (BIM) para engenharia;
- Unidade de serviço técnico para PaloAlto Networks.

Ações realizadas:

- Elaboração do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) pelos servidores da Diretoria de Tecnologia da Informação;
- Atualização do Sistema Gerenciador Eletrônico de Expedientes, Documentos e Procedimentos (GED) da versão 3.10 para versão 5.7;
- Migração do banco de dados SAJ/MP (de Oracle para PostgreSQL);
- Implantação da solução de ensino a distância para ESMP (EAD);
- Implantação do antispam Barracuda;
- Cessão de uso do aplicativo Transporte Legal para diversos órgãos em todo o Brasil;
- Apresentação ao Ministério Público do Estado do Amapá (MPAP) do Projeto Painel da Improbidade;
- Participação no Encontro Nacional de Tecnologia e Inovação dos Ministérios Públicos e Tribunais de Contas (Enastic) no Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA);
- Participação e palestrante no VI Fórum Estratégico do Sistema SAJ/MP;
- Premiação do Projeto Socioeducação em Dados;
- Realização da palestra Segurança Digital e Otimização SAJ/MP.

Infraestrutura de TI:

- Aquisições de novos computadores do tipo desktop;
- Aquisições de monitores de vídeo, webcams, headsets e scanners;
- Aquisição de 2 equipamentos de informática do tipo nobreak modular 60kVa para Data Center;
- Modernização da rede de computadores através da aquisição de equipamentos, suporte técnico especializado e garantia/atualização;
- Aquisição de firewall de última geração;
- Aquisição de equipamentos de infraestrutura Hiperconvergente (HCI), que combina processamento, armazenamento e rede de dados.



Visita do novo presidente do Tribunal de Justiça

ASSESSORIA DE CERIMONIAL

Imprescindível na organização e execução de todos os eventos que respaldam as ações do Ministério Público Estadual de Alagoas (MPAL), quer sejam eles de cunho estadual ou nacional, a Assessoria de Cerimonial (Ascer) está diretamente vinculada à Procuradoria-Geral de Justiça. Para enfrentar os desafios provenientes do Covid-19 e contribuir para a missão do Ministério Público do Estado de Alagoas, a Assessoria de Cerimonial idealizou o “MP pra Você” para a realização de eventos online ou híbridos, em prol do compartilhamento de informações, de temas relevantes, urgentes e necessários para manter a sociedade informada, bem como para a capacitação técnico-profissional dos integrantes da instituição.

Inúmeros eventos estão sendo realizados, por meio das edições do MP pra Você, desde o início da pandemia, para o público interno pelas plataformas Google Meet, Skype, Zoom ou Microsoft Teams e, para o público externo utilizamos as mídias sociais da instituição. Nessas edições, foram abordados diversos temas, dentre eles: “Abuso Sexual”; a “Realidade da educação e do Coronavírus”; as “Compras públicas durante a pandemia e sua necessária publicidade”; a “Atuação do MP na área da saúde durante a pandemia”; “Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher”; “Corrupção”,

“Orientações acerca da saúde”; a “Violência contra a pessoa idosa; Saúde Mental durante a pandemia; Transporte Legal; A composição civil como instrumento de defesa do patrimônio público e da probidade administrativa, O combate ao suicídio; Janeiro Branco, Agosto Lilás, Setembro Amarelo, Outubro Rosa, dentre outros.

Há meses que ocorreram a realização de mais de 30 eventos, como no caso do Agosto Lilás, o que referenciou a instituição em nível nacional, contando inclusive, no encerramento, com a participação de conselheiros do CNMP, que destacaram o fato de o MPAL ter encontrado formas de estar próximo da sociedade, informando, capacitando e contribuindo num processo tão delicado para todos, mostrando que a instituição estava firme, forte, ativa e que, portanto, a sociedade poderia contar com ela, independente das dificuldades impostas pela pandemia.

A realização de eventos on-line ou híbridos possibilitou que o Ministério Público conseguisse alcançar um público ainda maior do que os eventos presenciais, tendo ocorrido eventos com mais de 13 mil participantes para discorrer, por exemplo, sobre outros temas de grande atuação da instituição, como a defesa da vida, da infância e juventude, dos direitos humanos, da probidade administrativa etc.



Solenidade de posse dos novos cargos da administração superior

Durante as edições do MP pra Você, participam integrantes do MPAL e de várias outras instituições locais e nacionais, como os de outras unidades do MP Brasileiro e de instituições relacionadas, além de professores, autores de livros e outros convidados. Muitos objetivos foram e estão sendo concretizados por meio do MP pra Você:

- Capacitação dos públicos interno e externo do Ministério Público do Estado de Alagoas;
- Apresentação, discussão e solução de temas de relevância social;
- Aproximação do Ministério Público da sociedade;
- Contribuição para a transformação da realidade social, como, por exemplo, no caso da violência

contra a mulher, que as edições do “MP pra Você” contribuíram para alertar a sociedade prestando informações que facilitaram a ocorrência de mais denúncias e diversas providências para salvar vidas;

- Referenciou o MP na concretização dos princípios constitucionais;
- Promoveu os valores defendidos pela instituição: honestidade, compromisso, conhecimento e unidade;
- Promoveu a cooperação interinstitucional;
- Contribuiu para o MP cumprisse missões que lhe compete;
- Contribuiu para a imagem positiva da instituição perante os públicos interno e externo.

MP PRA VOCÊ

Encerramento Agosto Lilás MPAL 2020

#SuaAtitudeSalva

Convidados:

Márcio Roberto
Procurador-geral de Justiça de Alagoas

Walber Valente
Corregedor-geral do MPAL

Lean Araújo
Ouvidor do MPAL

José Antônio Malta
Promotor de Justiça Diretor do CAOP

Hylza Torres
Promotora de Justiça Coordenadora do NUDEMP

Marluce Falcão
Promotora de Justiça Coordenadora do NUOH

Stela Valéria
Promotora de Justiça Assessora da Anplage

Maria José
Promotora de Justiça

Rinaldo Reis
Corregedor Nacional - CNMP

Oswaldo D'Albuquerque
Ouvidor Nacional - CNMP

Luciano Freire
Conselheiro do CNMP, Pres. da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais - CNMP

Valter Shuenquener
Juiz Federal Juiz Auxiliar do CNJ

01/09, às 17h | Ao vivo: youtube.com/MPdeAlagoas

MP PRA VOCÊ

Ao vivo 18/05, às 15h30

YouTube
youtube.com/MPdeAlagoas

DIA NACIONAL DE COMBATE AO ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

LANÇAMENTO DO PROJETO FITINHA DA PROTEÇÃO

Márcio Roberto
Procurador-geral de Justiça de Alagoas

José Antônio Malta
Promotor de Justiça Diretor do CAOP

Cláudio Malta
Promotor de Justiça Coordenador do NCU

Flávia Scherner
Bióloga Contadora de História, Ativa, apresentadora e youtuber

Caroline Arcari
Especialista, Pedagoga e Mestre em Educação Sexual, Moderadora do Projeto Fitinha da Proteção

Samara Rosa
Professora e Contadora de História

Juliete Jacob
Jornalista, Educadora Sexual e Mestre em Direitos Humanos

NDIJ CAOP
Núcleo de Defesa de Infância e Juventude / Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça

#EventosOnline #MPpraVocê



Inauguração da sede das Promotorias de Justiça de Penedo

Para o desempenho de suas funções, a Ascer sempre faz o levantamento de todas as necessidades do evento e adota as providências cabíveis e o alinhamento dos setores competentes:

- Verifica as condições físicas do local do evento;
- Organiza as listas de convidados e integrantes de mesa;
- Elabora a redação dos convites e outros comunicados e documentos, remetendo-os aos destinatários e acompanhando as respostas (follow-up);
- Providencia os equipamentos e a contratação dos serviços necessários ou busca parcerias para concretizar cada evento;
- Realiza reuniões com os setores envolvidos para discutir sobre as necessidades e atribuições;
- Trabalha em parceria e com sinergia com os setores em prol do sucesso dos eventos;
- Divulga o evento;
- Coordena as inscrições;
- Mantém contato com os públicos de interesses, em especial com as autoridades dos poderes constituídos;
- Organiza e acompanha o traslado das autoridades, conferencistas e também dos convidados especiais;
- Busca manter comunicação constante com as assessorias de cerimonial ou correspondentes de outros poderes, órgãos, entidades e instituições locais, nacionais ou internacionais, realizando contatos prévios e visitas, especialmente quando há participação em eventos externos de membros ou representantes do Ministério Público, assim designados pelo procurador-geral de Justiça;
- Divulga a agenda de eventos;
- Acompanha o procurador-geral de Justiça e demais membros nas solenidades internas e externas, visitas institucionais, atos oficiais e protocolares, organizando sua recepção, pronunciamento e retorno, bem como de seu representante, quando solicitado;
- Organiza, acompanha, executa e, ainda, atua como mestre de cerimônia em solenidades de posses, inaugurações, outorga de condecorações, audiências públicas, atos de assinaturas de documentos, aberturas de cursos, congressos, seminários, palestras, entre outros eventos institucionais de iniciativa do Ministério Público, quando previamente solicitado;
- Apoia e orienta os órgãos internos do Ministério Público na realização de eventos, quando solicitado;
- Elabora os roteiros e scripts das solenidades dos eventos realizados pelo Ministério Público, zelando pelo cumprimento dos regimentos internos do órgão e do cerimonial público em geral;
- Organiza a composição das mesas de honra e de trabalho, providenciando a reserva dos assentos, assim como a identificação e recepção de autoridades e convidados;
- Prepara relatório final e a prestação de contas dos eventos que são necessários.

Outro trabalho feto pela Assessoria de Cerimonial é o relacionamento com os públicos de interesse da instituição, na busca constante pela resolução de conflitos, por relações sinérgicas e que possibilitem uma imagem positiva do MPAL. É esse trabalho que possibilita um bom relacionamento entre instituições e um atendimento diferenciado à

sociedade.

Periodicamente, a chefia da instituição recebe solicitações da cessão do serviço da Assessoria de Cerimonial dos mais diversos órgãos públicos (local ou nacional), bem como de instituições do terceiro setor, o que, também, é positivo para a imagem do MPAL.



Diretoria de Comunicação Social recebendo os troféus do Prêmio Excelência em Gestão de Projetos

A COMUNICAÇÃO SOCIAL E A RELAÇÃO COM A SOCIEDADE

Somente em 2023, foram produzidas 2.275 peças publicitárias

Para se comunicar melhor com os públicos interno e externo, a Diretoria de Comunicação Social do Ministério Público tem trabalhado para aperfeiçoar a relação da instituição com a sociedade e com membros, servidores, estagiários e colaboradores do órgão. Campanhas publicitárias, uso de redes sociais, matérias jornalísticas e comunicados distribuídos internamente têm sido as principais ferramentas utilizadas para aprimorar esses laços. No último quadriênio, por exemplo, somente entre cards e vídeos, a produção foi de mais de 4 mil peças, além da confecção de uma série de campanhas publicitárias e reportagens.

Com o número ampliado de servidores na Diretoria de Comunicação Social, o trabalho do

setor ganhou fôlego ainda em 2021, mesmo diante de um cenário pandêmico. Ao todo, a Dicom escreveu mais de 1,9 mil conteúdos jornalísticos que, após serem publicados no site do Ministério Público, foram compartilhados com a imprensa, o que fez crescer o alcance de mídia espontânea gerada, ressaltando o trabalho promovido pela instituição. Os registros fotográficos também cresceram de forma exponencial, são mais de 20 mil fotos publicadas, permitindo que as ações desenvolvidas pelo MPAL pudessem ser vistas pela população. A quantidade de peças publicitárias igualmente ganhou um salto entre os anos de 2020 e 2024. Foram 2.287 no total, sendo 2.102 artes e mais 185 vídeos.

As redes sociais

As redes sociais do Ministério Público tiveram um papel fundamental na difusão do trabalho desenvolvido pelo órgão. A quantidade de postagens no Facebook, Instagram e Twitter aumentou, chegando ao número de quatro posts por dia. Somente no último ano, foram xxx cards e vídeos compartilhados nos canais oficiais de comunicação.

Apenas no IG e no FB, os posts somaram cerca de 450 mil curtidas, quase 85 mil

compartilhamentos e 18 mil comentários, resultando num alcance de 8 milhões de pessoas. Além disso, tivemos um aumento de quase 300% no número de seguidores nos últimos 4 anos.

Um dos temas mais importantes tratados nas redes sociais do MPAL foi o Caso Braskem, que também ganhou destaque no portal da instituição, com um hotsite detalhando toda a atuação da força-tarefa criada para tratar sobre o assunto.

As redes sociais

Também foram criadas várias campanhas durante esse período e, sete delas, ganharam comerciais de televisão e de rádio, com destaque para #TodaVidaVale, que tratou sobre a importância da preservação de vidas diante da pandemia da Covid-19, AgostoLilás - #MudeiMinhaHistóriaAgora ÉSuaVez (2021) e “A mão invisível da violência psicológica (2022), que falaram da prevenção e combate à violência doméstica e familiar contra a mulher, “Assédio Não – Dignidade para Todos”, que combateu os assédios moral e sexual no ambiente de trabalho, e “A sua esperança começa aqui”, para

divulgação do Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos (PLID/AL).

Outras campanhas também foram realizadas com foco nas redes sociais: MPAL Solidário, #VidasNegrasImportam, Outubro Rosa - #SuaVidaÉPreciosa, Setembro Amarelo - #SuaVidaValeMuito, Outubro Rosa - #MPComElasNaPrevenção, #IssoPrecisaMudar - Assédio Não!, #MeAceitacomoSou (de combate à homofobia e transfobia) e #Intolerâncias (de enfrentamento aos preconceitos de raça, gênero e religião).

1º lugar no Prêmio CNMP

Pelo trabalho realizado na campanha Agosto Lilás, o Ministério Público de Alagoas conquistou o 1º lugar no Prêmio do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) em 2020. Na disputa pelo pódio estavam ainda o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Pará. O material publicitário destacou as ações desenvolvidas no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher e, para chamar a atenção da sociedade sobre o tema, utilizou personagens, filhos de mães violentadas, que relataram a dor e os traumas sofridos dentro de casa. A campanha também combateu o machismo e convidou personalidades importantes, como a jogadora de futebol Marta e a biomédica Maria da Penha – que deu nome à lei que instituiu medidas mais severas contra esse tipo de crime, para participarem da campanha.



Recebimento do troféu de 1º lugar do Prêmio CNMP 2020

MPAL em 1 Minuto e MP Conectado com Você

O MP AL em 1 Minuto é um boletim em vídeo que traz um resumo das principais notícias relacionadas ao Ministério Público. Durante 60 segundos, duas vezes por semana, um jornalista da equipe comunica ao internauta quais foram as atividades da instituição que mais se destacaram. Criado em 2023, o conteúdo tem gerado grande engajamento nas redes sociais do MPAL.

Já o podcast “MP Conectado com Você” é uma ferramenta de comunicação inovadora que tem como objetivo levar informações institucionais e de interesse público à sociedade. Esse trabalho, que já vinha sendo desenvolvido há cerca de três anos, cresceu durante os anos de 2020 e 2021, período em que o mundo esteve em isolamento social por causa da pandemia da Covid-19. Além do programa de rádio com o mesmo nome, ele se tornou um podcast, passando a alcançar a plataforma de streaming Spotify.

Outra novidade foi o convênio firmado entre o Ministério Público de Alagoas e a Secretaria Municipal de Educação, no qual os alunos tiveram acesso a uma série especial de programas que tratava de temas relacionados ao combate à

corrupção, tendo como base a cartilha “Sou do bem, digo não à corrupção”.

Durante aproximadamente seis meses, em 2022, toda semana, os alunos ouviam o podcast do MPAL por meio de aulas transmitidas pela rádio Difusora, do Instituto Zumbi dos Palmares. Os temas abordados eram instrumento de estudo, proporcionando aos estudantes um maior aprendizado e a difusão do tema para seus familiares e amigos. Nesta edição especial, tivemos um programa em que crianças e adolescentes foram entrevistados e falaram sobre suas percepções sobre o combate a corrupção.

Assim como no boletim MPAL em 1 Minuto, o MP Conectado com Você já tratou de diversos outros temas e campanhas institucionais. E o programa de rádio ainda teve mais séries especiais, como “Fitinha da Proteção: combate ao assédio sexual de crianças e adolescentes”, “Agosto Lilás: combate a violência doméstica”, “Setembro Amarelo: prevenção ao suicídio e automutilação”, “Outubro Rosa: prevenção ao câncer de mama e de colo de útero” e a “Campanha Assédio Não #IssoPrecisaMudar”.

Jornalistas da Dicom apresentando o programa MPAL em 1 Minuto





Chegada dos equipamentos de comunicação

MPAL ADQUIRE EQUIPAMENTOS PARA APRIMORAR A COMUNICAÇÃO SOCIAL DA INSTITUIÇÃO

O Ministério Público do Estado de Alagoas fez um investimento de R\$ 415 mil para a aquisição de novos equipamentos para a Diretoria de Comunicação Social da instituição no ano de 2021. Desde então, o trabalho do setor foi aprimorado, melhorando a comunicação interna e externa da instituição com membros e servidores e, claro, com a sociedade de uma forma geral.

A compra dos equipamentos era considerada uma prioridade do procurador-geral de Justiça, Márcio Roberto Tenório de Albuquerque. “Sabemos que o setor de comunicação é essencial para ajudar o Ministério Público a estabelecer melhor relação com todos os profissionais que o integram, bem como com a população, que é a destinatária final dos nossos serviços. Sem dúvida alguma, esse investimento tem permitido que a instituição se comunique com mais qualidade com todos os seus

públicos”, disse ele.

Para formalizar o momento do recebimento do material, o chefe do MPAL fez questão de, pessoalmente, entregar todos os equipamentos à Dicom. “Desejamos que tudo isso sirva de incentivo para que a equipe siga desenvolvendo esse trabalho que já consideramos de excelência”, frisou.

“A chegada desses equipamentos representou uma grande conquista para o setor. Agradecemos ao procurador-geral de Justiça, Márcio Roberto, por ter tido a sensibilidade de entender e viabilizar essa demanda. Essa nova infraestrutura de trabalho nos ajudou a desempenhar melhor a missão de fazer a comunicação do Ministério Público”, afirmou a jornalista Janaina Ribeiro, diretora de comunicação da instituição.

Os equipamentos

O investimento de R\$ 415.987,12 resultou na compra de dezenas de equipamentos e acessórios, a exemplo de câmeras fotográficas e lentes, eleprompter trapezoidal, iluminação LED para estúdio e para câmera, tripés telescópicos com suporte celular, fundos fotográficos de tecidos verde e branco, rebatedores de luz, mochilas para câmera e lentes, flashes, baterias recarregáveis com

carregador, cartões de memória, cases para cartões de memória, pilhas recarregáveis e carregadores para pilhas.

Também foram adquiridos mesa digitalizadora, estabilizadores de celular, slider motorizado para câmera, monitores de vídeo e de áudio, fones de ouvido para mixagem e microfones condensadores, de lapela e de mão para entrevistas.

ASSESSORIA MILITAR E A SEGURANÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Quando se fala na proteção de membros e servidores e patrimonial é fácil associá-la à Assessoria Militar (AM). São os policiais militares que integram o setor que, com conhecimento técnico e preparação adequada, zelam pela segurança dos integrantes do Ministério Público do Estado de Alagoas, bem como das unidades do MPAL espalhadas por todo o estado. E justamente para que ela possa melhor desempenhar o seu papel, os investimentos na área têm aumentado cada vez mais. E como é a vigilância cuidadosa e precisa que tem permitido a tranquilidade de membros e servidores, a gestão do procurador-geral de Justiça, Márcio Roberto Tenório de Albuquerque, tem reconhecido a necessidade de melhor qualificar os PMs e dar a eles a estrutura necessária para que o trabalho possa ser desempenhado com ainda mais qualidade.

E esse reconhecimento vem, principalmente, por meio de cursos e da compra de novos

equipamentos. Entre os anos de 2020 e 2024, a Assessoria Militar adquiriu 46 kits de pistolas Glock (calibres 9mm e .40) e 20 coletes balísticos. Ela também fez o incremento de 10 bastões retráteis com dois níveis de retração (fabricado em polímero de alta resistência, acompanhado de bainha), e algemas de corrente, em aço carbono, com sistema de fechamento por dentes e catraca e com trava antilesão, além de pares de chaves de aço.

E a AM ainda adquiriu cinco rádios digitais para os prédios do Ministério Público na capital alagoana. Esses equipamentos tecnológicos melhoraram a comunicação entre os militares e permitiram que a localização deles fosse informada em tempo real, o que aumentou a segurança orgânica.

Curso de tiro

Nesses quatro anos, o setor também continuou capacitando seus militares com cursos de aperfeiçoamento. Por meio de um acordo de cooperação firmado entre o órgão e a Secretaria de Segurança Pública, os PMs foram, mais uma vez, habilitados a atuar técnica e taticamente, o que lhes gerou novos conhecimentos, experiências, habilidades para o emprego e manuseio de armas de fogo durante o desempenho das suas atividades de segurança.

Nessa mesma linha de treinamento, a AM ministrou instruções de tiro e de direção defensiva e evasiva aos membros do Ministério Público.

Outras novidades no setor foram a inclusão do Corpo de Bombeiros Militares no Núcleo de Gestão da Informação e a substituição da viatura da segurança do chefe do MPAL.

Monitoramento

E a AM, seguindo com a preocupação com o patrimônio humano e físico da instituição, solicitou a aquisição de novos serviços para aperfeiçoar o trabalho já realizado pelos militares. As contratações beneficiaram as Promotorias de Justiça de Coruripe, São Miguel dos Campos, Limoeiro de Anadia, Boca da Mata, Maragogi, Matriz do Camaragibe, Piranhas, Pão de Açúcar, Traipu, Marechal Deodoro, Arapiraca e Rio Largo. Elas receberam reforço com equipamentos de controle eletrônico, melhorando a segurança orgânica do MPAL com uso da tecnologia via videomonitoramento 24 horas e armazenamento remoto de imagens.

Para além disso, houve o aumento na segurança predial através da instalação de barreiras físicas e a aquisição de 40 cones refletivos de sinalização.

Major André chefe da Assessoria Militar



Capitão Dantas e a Sargento Andrea Pedrosa integrantes da Assessoria Militar



42% 15:26



Ouvidoria MPAL

Ministério Público do Estado de Alagoas

4,4 ★

10 avaliações

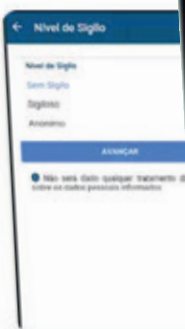


4,2 MB



Classificação
Livre

Instalar



Sobre este app



Formulação e consulta de manifestações junto à Ouvidoria do MPAL

Ferramentas

Avaliar este app

Dê sua opinião

Baixe gratuitamente!



DISPONÍVEL NO
Google Play



Download on the
App Store

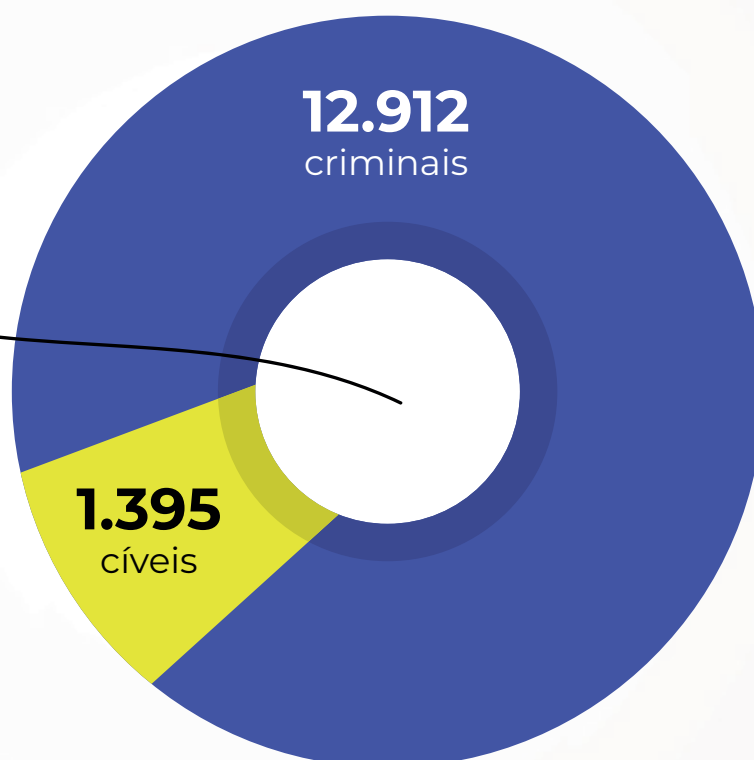


ATUAÇÃO DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

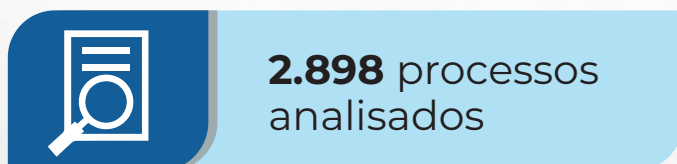
A Procuradoria-Geral de Justiça, com o apoio da Assessoria Técnica, atuou em milhares processos judiciais perante o Tribunal de Justiça de Alagoas, o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal.

Esfera judicial:

14.307
processos



Esfera extrajudicial:



Procedimentos administrativos:

Ofícios

2.401

Portarias

3.241

Atos do PGJ

128

ATO PGJ Nº 01/2021

Disciplina, para o exercício 2021, a aplicação da Lei Estadual nº 8.376, de 28 de dezembro de 2020, no âmbito do Ministério Público.

ATO PGJ Nº 02/2021

Estabelece novas medidas temporárias de prevenção ao contágio e disseminação pelo novo Coronavírus, (causador da COVID-19), no âmbito do Ministério Público do Estado de Alagoas e dá outras providências.

ATO PGJ Nº 03/2021

Define normas no período de realização de inventário de patrimônio do Ministério Público do Estado de Alagoas.

ATO PGJ Nº 04/2021

Emenda Nº 01 ao Regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça

ATO PGJ Nº 06/2021

Institui a política de atendimento presencial ao público nas dependências do prédio-sede da Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Alagoas e Centro Operacional do Ministério Público do Estado de Alagoas.

ATO PGJ Nº 07/2021

Institui o Programa de Assistência à Saúde Suplementar, no âmbito do Ministério Público do Estado de Alagoas.

ATO PGJ Nº 08/2021

Disciplina a gratificação por acumulação de acervo processual, no âmbito do Ministério Público do Estado de Alagoas.

ATO PGJ Nº 12/2021

Cria a Assessoria das Promotorias de Justiça do Júri da Capital.

ATO PGJ Nº 13/2021

Suspende o prazo de validade do concurso público para provimento de cargos do quadro permanente de servidores do Ministério Público do Estado de Alagoas, regido pelo Edital nº 1/2018 e ato PGJ16/2020, até o dia 31 de dezembro de 2021.

ATO PGJ Nº 19/2021

Altera o §2º, do art. 2º, do ato PGJ nº 7/2021, de 10 de março de 2021, que instituiu o Programa de Assistência à Saúde Suplementar, no âmbito do Ministério Público do Estado de Alagoas.

ATO PGJ Nº 22/2021

Dispõe sobre necessidade de informações quanto ao andamento da vacinação de membros, servidores e colaboradores do Ministério Público do Estado de Alagoas.

ATO PGJ Nº 24/2021

Define o horário de funcionamento das Promotorias de Justiça da Capital.

ATO PGJ Nº 27/2021

Cria o Prêmio de Jornalismo do Ministério Público do Estado de Alagoas.

ATO PGJ Nº 28/2021

Define normas temporárias de funcionamento das Promotorias de Justiça de Delmiro Gouveia.

ATO PGJ Nº 31/2021

Regulamenta o funcionamento da Comissão do Prêmio "Excelência em Gestão de Projetos", edição 2021, designada pela Portaria PGJ n. 444/2021, e dá outras providências.

ATO PGJ Nº 37/2021

Regulamenta, no âmbito do Ministério Público do Estado de Alagoas, o disposto na Resolução CNMP Nº 237/2021.

ATO PGJ Nº 01/2022

Dispõe sobre novas medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo coronavírus (causador da COVID-19) e pelo vírus influenza (H3N2), âmbito do Ministério Público do Estado de Alagoas.

ATO PGJ Nº 06/2022

Disciplina, no âmbito do Ministério Público do Estado de Alagoas, a utilização do Sistema Eletrônico de Execução Unificada – SEEU.

ATO PGJ Nº 07/2022

Dispõe sobre a obrigatoriedade da utilização de máscara de proteção facial no âmbito do Ministério Público do Estado de Alagoas.

ATO PGJ Nº 08/2022

Dispõe sobre o retorno às atividades presenciais e outras providências.

ATO PGJ Nº 09/2022

Atribui denominação ao prédio-sede das Promotorias de Justiça de Palmeira dos Índios.

ATO PGJ Nº 10/2022

Atribui denominação ao prédio-sede das Promotorias de Justiça de Atalaia.

ATO PGJ Nº 11/2022

Dispõe sobre o uso facultativo de máscara de proteção facial no âmbito do Ministério Público do Estado de Alagoas.

ATO PGJ Nº 12/2022

Altera o percentual definido na tabela reembolso, em relação aos membros, definidos no Ato PGJ nº 7/2021, de 10 de março de 2021, que instituiu o programa de assistência à saúde suplementar no âmbito do Ministério Público do Estado de Alagoas.

ATO PGJ Nº 13/2022

Fixa, a partir de 1º de julho de 2022, o valor previsto no §1º do art. 12 da lei estadual nº 7.373, de 4 de julho de 2012.

ATO PGJ Nº 14/2022

Determina no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Alagoas, a utilização do processo de contratação da Lei nº 14.133/2021, nos casos em que o objeto se enquadre no Art. 75, inciso II, daquela legislação.

ATO PGJ Nº 15/2022

Regulamenta a atividade dos plantões do Ministério Público do Estado de Alagoas e dá outras providências.

ATO PGJ Nº 16/2022

Altera a redação do parágrafo 1º, do art. 3º do Ato PGJ nº 15/2022.

ATO PGJ Nº 17/2022

Suspender a concessão de férias, licenças voluntárias e de folgas compensatórias, a partir do dia 15 de agosto de 2022, até 15 (quinze) dias depois da diplomação dos candidatos eleitos, aos membros do MPAL.

ATO PGJ Nº 18/2022

Prorroga por 02 anos o prazo de validade do concurso público para provimento de cargos do quadro de pessoal permanente do Ministério Público do Estado de Alagoas.

ATO PGJ Nº 20/2022

Regulamenta o funcionamento da comissão do Prêmio Excelência em Gestão de Projetos, edição 2022, designada pela Portaria PGJ nº 443/2022 e dá outras providências.

ATO PGJ Nº 22/2022

Recomenda o uso de máscara de proteção facial e outras medidas de prevenção ao contágio pela Covid-19 no ambiente interno do MPAL.

ATO PGJ Nº 25/2022

Disciplina o expediente no Ministério Público do Estado de Alagoas no período do recesso forense.

ATO PGJ Nº 01/2023

Disciplina o funcionamento da Subprocuradoria-geral Recursal.

ATO PGJ Nº 03/2023

Dispõe sobre o marco temporal de transição entre as leis nº 8.666/93, 10.520/2002 e a Lei nº 14.133/2021.

ATO PGJ Nº 04/2023

Regulamenta a concessão e o pagamento de diárias aos membros e servidores do MPAL.

ATO PGJ Nº 06/2023

Institui o programa de atuação ministerial Abuso Sexual - Notificar É Preciso, visando a efetivação de notificações de casos de abuso sexual envolvendo crianças e adolescentes no estado de Alagoas.

ATO PGJ Nº 09/2023

Atribui denominação ao prédio-sede da Promotoria de Justiça de Murici.

ATO PGJ Nº 13/2023

Institui as diretrizes para implementação do Programa de Governança de Dados Pessoais no âmbito do MPAL e dá outras providências.

ATO PGJ Nº 14/2023

Institui, no âmbito do Ministério Público do Estado de Alagoas, o nível de sigilo no início dos procedimentos cadastrados no Sistema de Automação Judicial – SAJ/MP, instaurados na PGJ, bem como orientação aos órgãos de execução e de apoio finalístico.

ATO PGJ Nº 15/2023

Regulamenta o funcionamento da comissão “Excelência em Gestão de Projetos”, edição 2023, designada pela portaria PGJ nº 484/2023 e dá outras providências.

ATO PGJ Nº 16/2023

Regimento interno da Assessoria Militar da Procuradoria-geral de Justiça.

ATO PGJ Nº 17/2023

Disciplina o teletrabalho no âmbito do Ministério Público do Estado de Alagoas.

ATO PGJ Nº 21/2023

Disciplina, para o exercício 2023, a aplicação da Lei Estadual nº 9867, de 28 de dezembro de 2020, no âmbito do Ministério Público.

ATO PGJ Nº 23/2023

Disponibiliza vagas de estacionamento para os profissionais da Advocacia e da Defensoria Pública nas unidades do Ministério Público do Estado de Alagoas.

ATO PGJ Nº 01/2024

Revoga o Ato PGJ nº 04/2012

ATO PGJ Nº 02/2024v

Regulamenta o disposto no Art. 20 da lei nº 14.133/2021, para estabelecer o enquadramento dos bens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas do MPAL nas categorias de qualidade comum e de luxo.

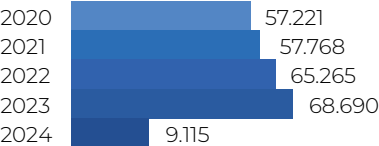
PROCESSOS E DEMAIS PROCEDIMENTOS

Durante o quadriênio 2020-2024, os dados mostram como a atuação judicial e extrajudicial do MPAL contribuíram para assegurar que a lei fosse efetivamente cumprida e a sociedade tivesse seus direitos garantidos.

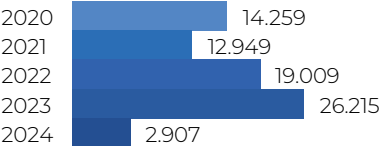
Abaixo, é possível verificar em gráficos

como foi a atuação de promotores e procuradores de Justiça em processos de 1ª e 2ª instâncias, além dos demais procedimentos administrativos, o que comprova um avanço relevante, se comparado aos anos anteriores.

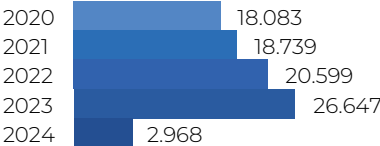
Processos de 1ª instância



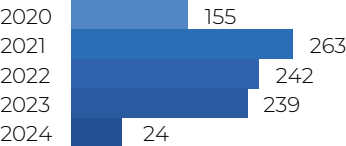
Processos de 2ª instância



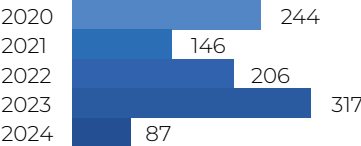
Processos extrajudiciais



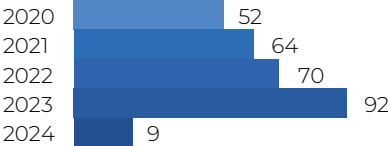
Procedimentos preparatórios



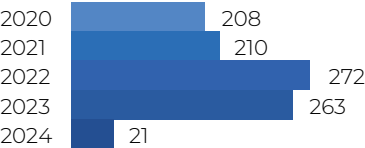
Termos de Ajustamento de Conduta (TAC)



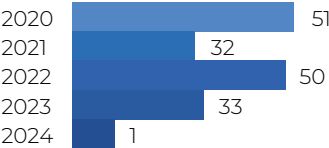
Procedimentos de Investigação Criminal (PIC)



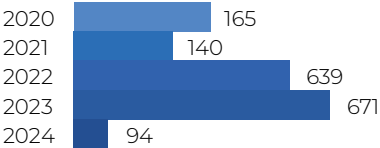
Inquéritos Cíveis



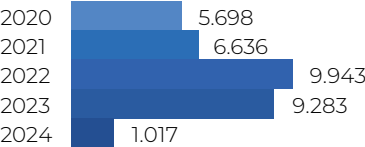
Ação Civil de Improbidade Administrativa ajuizadas por ano



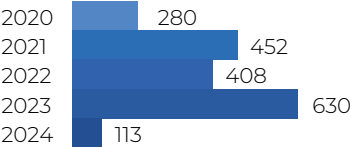
Ação Civil Pública (Cível e Infância) ajuizadas por ano



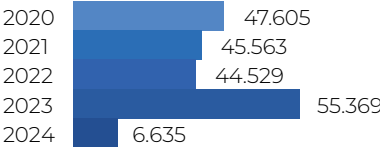
Audiências Judiciais



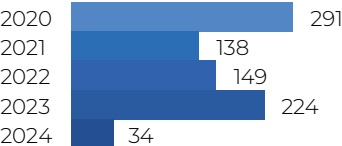
Audiências Extrajudiciais



Ciências de Sentenças/Acórdão



Recomendações





Márcio Roberto e Lean Araújo durante eleição para PGJ

SAI MÁRCIO ROBERTO, ENTRA LEAN ARAÚJO PARA COMANDAR O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

Após conduzir os destinos do Ministério Público do Estado de Alagoas por quatro anos, entre abril de 2020 e março de 2024, o procurador-geral de Justiça (PGJ), Márcio Roberto Tenório de Albuquerque, deixará a instituição para se tornar desembargador. Em seu lugar, comandará o MPAL o atual subprocurador-geral Administrativo Institucional, Lean Araújo. Ele foi eleito, por unanimidade, com 143 votos, no dia 2 de março, para chefiar a instituição durante o biênio de 2024-2026.

“A ascensão de Lean Araújo ao cargo de procurador-geral de Justiça se destaca pela sua trajetória dedicada à defesa dos valores fundamentais da justiça e do Estado de Direito. Sua eleição é um reflexo do reconhecimento e da confiança depositada na capacidade de liderança que ele tem, fato já comprovado quando foi PGJ nos biênios 1998/2000 e 2000/2002 e entre os

meses de julho e dezembro de 2002”, afirmou Márcio Roberto Tenório de Albuquerque.

Com a eleição concluída, agora o nome de Lean Araújo, que foi candidato único, será submetido à aprovação do governador do Estado. Essa etapa é fundamental para a oficialização do novo procurador-geral de Justiça, pois cabe ao chefe do Executivo estadual validar a escolha dos membros do MPAL.

“A candidatura única foi resultado do amplo diálogo com as gerações que integram a atual estrutura organizacional do Ministério Público e da adesão do procurador-geral de Justiça, Márcio Roberto Tenório de Albuquerque, ao nosso nome. Esta unidade proporcionará a implantação de ações dirigidas ao aprimoramento da atuação do MP alagoano, sempre ouvindo o Colégio de Procuradores e os membros e servidores da instituição”, declarou Lean Araújo.

Construção coletiva

Lean Antônio Ferreira de Araújo ingressou no Ministério Público de Alagoas em 26 de agosto de 1988, como promotor de Justiça de 1ª entrância. Desde então, desempenhou diversas funções em várias comarcas do Estado. Além disso, exerceu funções em juízos eleitorais, participou de comissões e atuou em relevantes procedimentos administrativos.

Foi procurador-geral de Justiça nos biênios 1998/2000 e 2000/2002 e entre os meses de julho e dezembro de 2002. Em seguida, ocupou o cargo de corregedor-geral, também por dois biênios. Ele ainda foi ouvidor do Ministério Público.

Em janeiro de 2023, tornou-se subprocurador-geral Administrativo-Institucional.

PROCURADORIAS CÍVEIS E CRIMINAIS: ATUAÇÃO EM MAIS DE 66 MIL PROCESSOS ENTRE 2020 E 2024

O Ministério Público tem como responsabilidade primordial a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Para cumprir tais atribuições, a instituição conta com membros que operam tanto no primeiro quanto no segundo grau. Na primeira instância, os promotores de Justiça desempenham suas funções, enquanto na segunda, são os procuradores de Justiça que lidam com as demandas judiciais. Nos últimos quatro anos, os 17 procuradores e procuradoras prestaram serviços emitindo pareceres em aproximadamente 66.254 processos que estão atualmente em trâmite no Sistema de Justiça alagoano.

As Procuradorias de Justiça são responsáveis por atuar perante o Tribunal de Justiça, onde seus membros se manifestam em todos os processos em grau de recurso. Essa atuação se estende até a última instância de jurisdição, caso o Ministério Público necessite recorrer ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao Supremo Tribunal Federal (STF), localizados em Brasília (DF).

Em Alagoas, os 17 procuradores e procuradoras de Justiça estão distribuídos entre as Procuradorias Cíveis e Criminais. Nos últimos quatro anos, de janeiro de 2020 a fevereiro de 2024, eles atuaram em 66.254 processos, contribuindo para a busca por justiça para a população.

Na área cível, 10 procuradores de Justiça atuam, operando nas três câmaras cíveis e na sessão especializada cível do Tribunal de Justiça. São eles: Walber José Valente de Lima, Sérgio Jucá, Vicente Felix Correia, Marcos Barros Méro, Valter José Omena Acioly, Dennis Lima Calheiros, Lean Antônio Ferreira de Araújo, Denise Guimarães de Oliveira, Kicia Oliveira Cabral de Vasconcellos e Isaac Sandes Dias. Já na área criminal, são 7 procuradores de Justiça: Maurício Pitta, Eduardo Tavares, Sérgio Amaral Scala, Maria Marluce Caldas Bezerra, Helder de Arthur Jucá Filho e Neide Maria Camelo da Silva, além do procurador-geral de Justiça, Márcio Roberto Tenório de Albuquerque, que, por estar na administração superior, está sendo substituído pelo promotor de Justiça Luiz Vasconcelos.



Procurador de Justiça Isaac Sandes
Coordenador das Procuradorias Cíveis



Procurador de Justiça Helder Jucá
Coordenador das Procuradorias Criminais

O PAPEL DAS PROCURADORIAS DE JUSTIÇA CÍVEIS E CRIMINAIS

As Procuradorias Cíveis são coordenadas pelo procurador de Justiça Isaac Sandes Dias. Neste contexto, seus 10 membros atuam em diversas áreas, incluindo o direito da família, a defesa dos direitos coletivos e difusos, além da salvaguarda do

patrimônio público. Nos últimos quatro anos, os 10 assessores cíveis trabalharam em 44.769 casos processuais.

Enquanto isso, as Assessorias Criminais têm a responsabilidade de se manifestar sobre todas as

ações penais, em grau de recurso, no âmbito criminal. De maneira mais específica, eles fornecem pareceres perante os tribunais em casos relacionados à prática de crimes, e são coordenados pelo procurador de Justiça Eduardo Tavares Mendes. Durante o período de janeiro de 2020 a fevereiro de 2024, foram registradas 21.485 movimentações processuais.

Tanto os procuradores de Justiça da área cível quanto os da área criminal também participam das sessões das Câmaras Cível e Criminal do Tribunal de Justiça, contribuindo com manifestações orais, tomando ciência, pessoalmente e através de vistas de autos, das decisões proferidas daquele Colegiado e recebendo intimação pessoal nos casos em que forem atuar

ATIVIDADES DAS SUBPROCURADORIAS-GERAIS ADMINISTRATIVA-INSTITUCIONAL, JUDICIAL E RECURSAL DO MPAL

Em uma cooperação harmoniosa com os subprocuradores-gerais Administrativo-Institucional, Lean Araújo, e Judicial, Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá, o procurador-geral do MPAL, Márcio Roberto Tenório de Albuquerque, conduziu uma gestão compartilhada nas tomadas de decisão e na organização administrativa do Ministério Público Estadual de Alagoas, sempre agindo em defesa da lei e dos direitos do cidadão.

As atribuições do subprocurador-geral Administrativo-Institucional são definidas no Ato Normativo nº 15/2017, baseado na Lei Complementar nº 34/12. Sua missão é lidar com questões relacionadas às atividades-meio, especialmente aquelas que envolvem assuntos como pagamento de diárias, concessão, suspensão, adiamento e

interrupção de férias, processos de licitação, celebração de contratos, e outros atos administrativos, executando aqueles que demandam a intervenção direta do procurador-geral de Justiça.

Por sua vez, o subprocurador-geral Judicial, conforme estabelecido no artigo 10 da Lei Complementar nº 34, tem como responsabilidade supervisionar as funções delegadas como órgão de execução e a Assessoria Técnica, além de outras tarefas determinadas por ato normativo. Ele também representa o PGJ em sessões plenárias do Tribunal de Justiça, propõe ou intervém em ações originárias, recursos especiais e extraordinários, e atua em causas em andamento no segundo grau de jurisdição.

Subprocuradores-gerais Lean Araújo, Sérgio Jucá e Valter Acioly





Prédio do Centro de Apoio Operacional do MPAL

CENTRO DE APOIO ÀS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DO MPAL - CAOP

Atuação no caso Braskem e implementação de projetos foram destaque no trabalho do órgão

Criado por meio da Resolução nº 005/18 do Colégio de Procuradores de Justiça, o Centro de Apoio Operacional do Ministério Público de Alagoas (Caop) exerceu suas atribuições, nesses quatro últimos anos, na qualidade de órgão auxiliar das atividades funcionais dos membros da instituição.

O trabalho do Caop foi executado com o suporte dos 10 núcleos que compõem o órgão. São eles: o Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos; Defesa da Infância e Juventude; Defesa do Consumidor; Defesa do Meio Ambiente; Defesa do Patrimônio Público; Defesa da Saúde Pública; Defesa da Mulher; Combate à Criminalidade; Perícias; e Educação.

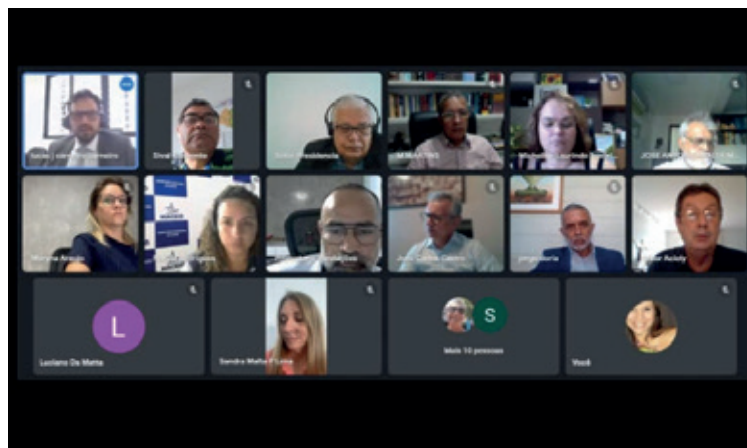
Entre 2020 e 2024, o Caop contou com o promotor de Justiça José Antônio Malta Marques como seu diretor, que atuou na elaboração de diversos projetos e ações que tiveram a participação dos promotores de Justiça naturais.

O órgão de apoio também promoveu atividades de orientação aos membros a respeito de suas atividades laborais, prestando apoio operacional e fazendo encontros regionais para discutir e criar planos de ações para o Ministério Público nas diversas regiões do estado, fomentando ainda mais a integração entre as promotorias de Justiça.

Pandemia

Em razão da pandemia do novo coronavírus e da suspensão das atividades presenciais no âmbito do MPAL, um dos principais focos do Caop passou a ser o apoio e a atuação dentro da Força-Tarefa de Enfrentamento à Covid-19, auxiliando os promotores de Justiça no combate à crise sanitária. Para tanto, foram promovidas sucessivas reuniões, audiências e atividades por meio de videoconferências.

Reunião virtual da Força-Tarefa de Enfrentamento à Covid-19



Casas de Acolhimento

Mesmo com a pandemia, o Caop deu sequência ao projeto que visa a implantação de novas casas de acolhimento para crianças em estado de vulnerabilidade social, tendo participado de inúmeras audiências e reuniões virtuais com promotores de Justiça visando estimular os órgãos de execução a promoverem tratativas em seus municípios para a criação de abrigos.

Esse trabalho de mobilização resultou na

inauguração, em 2023, da Casa de Acolhimento da Região do Alto Sertão. Com sede no município de Delmiro Gouveia, a unidade atende a oito municípios. No mesmo ano, foi firmado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com outros dez municípios para a criação de uma casa de acolhimento no município de Murici. A unidade deverá atender crianças em situação de vulnerabilidade da região do Vale do Mundaú.



Casa de acolhimento no município de Feira Grande

Conselhos de Segurança Pública

Nos últimos anos, o Caop intensificou as atividades referentes ao projeto Criação dos Conselhos Municipais de Segurança Pública que, em sua segunda fase, buscou capacitar a rede de segurança dos municípios alagoanos na busca por recursos para melhor equipá-los.

Em 2023, foi realizado o 1º Encontro Regional dos Conselhos Municipais de Segurança da Região do Médio Sertão, no município de Santana do Ipanema, bem como o Encontro Regional dos Conselhos Municipais de Segurança na Região do Alto Sertão, no município de Delmiro Gouveia. Nos eventos, os presentes puderam participar de palestras e debates sobre o tema.

Além dos projetos mencionados, o Centro de Apoio Operacional do Ministério Público de Alagoas realizou diariamente atendimentos de forma presencial e on-line ao público, tanto por meio das plataformas digitais Google Meet, Zoom e Skype, bem como pelo aplicativo Whatsapp e e-mails, dando os devidos encaminhamentos a cada caso que demandou a atuação do MPAL.



Promotor de Justiça José Antônio Malta em reunião do Conselho Municipal de Segurança Pública



Reunião com a Associação do Movimento Unificado das Vítimas da Braskem

Caso Braskem

Em conjunto com outras instituições, o Ministério Público de Alagoas integra a Força-Tarefa do Pinheiro, que tem como objetivo trabalhar em prol dos cidadãos que residiam nas áreas atingidas em Maceió pela exploração de sal-gema realizada pela mineradora Braskem S.A.

Sobre essa questão, o MPAL contou com a participação ativa do Caop, que sediou reuniões com diversos órgãos, secretarias e comissões municipais, estaduais e federais, além de representantes das associações dos bairros

atingidos, a saber: Pinheiro, Mutange, Bebedouro, Flexais e Bom Parto.

“Tudo o que temos feito objetiva a defesa dos interesses da sociedade em face das fissuras, rachaduras e outros problemas causados pela exploração de sal-gema nas regiões atingidas. Vale ressaltar que, atualmente, o MPAL atua em conjunto com o Ministério Público Federal e as Defensorias Públicas do Estado e da União”, afirmou o promotor de Justiça Malta Marques.

Foto do bairro do Pinheiro





Equipe da Escola Superior do Ministério Público

ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

A Escola Superior do Ministério Público de Alagoas (ESMP-AL) desempenha um papel crucial na realização de cursos, seminários, congressos, simpósios, pesquisas, estudos e publicações, visando o aprimoramento profissional e cultural dos membros, servidores e estagiários vinculados à instituição. Sob a direção do promotor de Justiça Walber Valente, a ESMP-AL também é encarregada

da condução de processos seletivos para a contratação de estagiários.

Durante os biênios 2020-2024, mesmo diante dos desafios impostos durante a pandemia da Covid-19, a ESMP-AL desempenhou um papel fundamental no enriquecimento intelectual da comunidade do Ministério Público do Estado de Alagoas (MPAL).

Entre as realizações e atividades desenvolvidas durante esse período, destacam-se:

- Realização de estudos, reuniões e discussões para desenvolver o Projeto E-Capacita, visando estabelecer o projeto pedagógico do treinamento inicial de estagiários. Isso inclui a elaboração de cartilhas orientadoras para supervisores e estagiários, bem como a criação de uma cartilha sobre seleção simplificada destinada aos órgãos de execução. Além disso, envolve a realização de pesquisas para aprimorar o Programa de Estágio;
- Apoio aos órgãos de execução na elaboração de seleções simplificadas, fornecendo modelos de documentos conforme descritos na cartilha sobre seleção simplificada. Também inclui a criação de formulários online para inscrições e a intermediação

com outros setores envolvidos para a execução dessas seleções;

- Planejamento para a criação do Banco de Docentes;
- Participação em estudos, reuniões e discussões para elaborar sugestões de normativos sobre pro labore e o Programa de Estágio;
- Convocação e inclusão no Programa de Estágio do Ministério Público do Estado de Alagoas dos aprovados nos diversos Processos Seletivos Simplificados de Estagiários promovidos pelas Promotorias de Justiça do interior do Estado, bem como no Processo Seletivo Unificado de Estagiários para diversas promotorias do Estado;

- Gestão do Programa de Estágio (biênio 2020/2024), abrangendo mais de 1.000 vagas em diversas áreas, e do Programa de Voluntariado (biênio 2020/2024), que contou com cerca de 414 colaboradores;
- Planejamento, organização e execução do Processo Seletivo Unificado de Estagiários, exclusivamente pela ESMP-AL, para seleção de estagiários de diversas áreas para a capital, bem como para o interior e áreas não supridas na capital;
- Treinamento SAJ-MP disponível na plataforma de EAD do MPA;L
- Treinamento inicial de estagiários disponível na plataforma de EAD da ESMP;
- Realização de uma turma-piloto do Treinamento Inicial de Estagiários;
- Apoio às Promotorias de Justiça e Órgãos da Procuradoria-Geral de Justiça em mais de 15 seleções simplificadas;
- Treinamento da equipe da Diretoria de Recursos Humanos sobre uso do Sistema Apolo e seguro para estagiários;
- Envio de sugestão de alteração do Ato nº 22/2023, a fim de aprimorar o Programa de Estágio e atualizá-lo a partir das mudanças promovidas pela Lei Estadual nº 8.758, de 24 de novembro de 2022;
- Planejamento e contratação da biblioteca digital, além do início das obras de reforma e modernização do espaço físico da Biblioteca Ernani Méro;
- Planejamento e organização do Curso de Formação de Membros do Ministério Público, realizado em janeiro de 2022, assim como a execução do mesmo curso;
- Planejamento e início da execução do Projeto Formar e Desenvolver, com o objetivo de estabelecer o projeto pedagógico dos cursos de formação de membros e servidores, além de buscar parcerias com instituições de ensino para a realização de cursos destinados à formação de membros e servidores do Ministério Público do Estado de Alagoas;
- Apoio aos órgãos de execução na elaboração de seleções simplificadas, incluindo a disponibilização de modelos de documentos e a criação de formulários online para inscrições, além da intermediação com outros setores envolvidos para a execução dessas seleções.

CAPACITAÇÕES

- I Encontro Nacional dos Promotores de Justiça da Educação;
- Webinar: Acordo de Não Persecução Cível;
- Crimes estaduais por meio de cripto ativos;
- A Curva ABC nas Licitações;
- Formação Online: Acordo de Não Persecução Penal;
- Mudanças na Lei de Improbidade Administrativa;
- Acordo de Colaboração Premiada;
- Capacitação para novos promotores de Justiça;
- Capacitação para novos servidores;
- Capacitação continuada para membros e servidores;
- Webinar: O feminício em debate no Ministério Público do Estado de Alagoas – Do inquérito ao plenário;
- Roda de conversa: As interferências do assédio nas relações interpessoais na instituição;
- Curso de formação em mediação comunitária de conflitos;
- 1º curso de formação de servidores na área finalística;
- Palestras do projeto “Ministério em Público”;
- Curso de inquirição e dosimetria da pena em crimes contra as mulheres;
- Encontro Estadual em Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes;
- Roda de conversa: segurança digital e otimização do SAJ/MPAL;
- Palestra: Audiência de custódia no processo penal fraterno;
- Ciclo de diálogos da Lei Maria da Penha;
- Curso: As novas ferramentas de fiscalização do direito à educação;
- II workshop de capacitação das forças de segurança do Estado de Alagoas;
- Curso: Novo regime da improbidade administrativa – teoria e prática;
- Treinamento decifre e influencie pessoas;
- Curso: Manejo de aves para transporte;
- Treinamento de prevenção e combate a incêndio;
- Curso: Construindo caminhos para uma nova liderança.

MP PRA VOCÊ

O evento online "MP pra Você", criado pela Assessoria de Cerimonial no início da pandemia da Covid-19, proporcionou um espaço para debater diversos temas com a participação de membros, servidores e convidados especiais. Além disso, a contribuição da sociedade por meio de questionamentos importantes impulsionou o avanço das discussões. Ao longo dos anos de 2020 e 2024, mais de 40 edições foram realizadas, ganhando notoriedade e se estabelecendo como uma ferramenta importante de propagação de

informação e conhecimento.

É relevante ressaltar que campanhas e ações importantes, como o Agosto Lilás e o Setembro Amarelo, se beneficiaram do "MP pra Você", alcançando sucesso na disseminação de conteúdos e na adesão da população. Essa iniciativa demonstra como eventos on-line podem ser eficazes na promoção de conscientização e engajamento social, especialmente durante períodos desafiadores como a pandemia da Covid-19.

I CADERNO LITERÁRIO

No dia 15 de dezembro de 2023, na Biblioteca Ernani Méro, situada no prédio da Procuradoria-Geral de Justiça, foi lançado o I Caderno Literário do MPAL. O evento contou com a participação dos membros, servidores, estagiários e colaboradores da instituição.

Diversas formas de expressão foram reunidas, incluindo poemas, poesias, crônicas, contos, cordéis e fotografias. E o objetivo da iniciativa foi promover o desenvolvimento cultural e divulgar obras artísticas e literárias dentro da comunidade do Ministério Público, assim como fornecer um espaço para a expressão e apreciação da criatividade e talento presentes no ambiente institucional.

Arte digital do Caderno Literário do MPAL



Lançamento do Caderno Literário do MPAL



CAMINHADA EM COMEMORAÇÃO AO MINISTÉRIO PÚBLICO

Para celebrar o Dia Nacional do Ministério Público em 14 de dezembro de 2023, a Escola Superior do Ministério Público promoveu uma caminhada para membros, servidores e colaboradores do MPAL.

O evento teve como objetivo celebrar a data

e incentivar a prática de atividade física, visando o bem-estar e a saúde, além de proporcionar um momento de confraternização e união entre os participantes, demonstrando a coesão dentro da instituição e ressaltando os benefícios dessa unidade para o trabalho em prol da sociedade.

Caminhada na orla de Maceió/AL



Caminhada na orla de Maceió/AL





Equipe da Corregedoria-geral do MPAL

CORREGEDORIA-GERAL

A Corregedoria-Geral, sob a chefia do procurador de Justiça Maurício André Barros Pitta, e com o procurador de Justiça Vicente Félix Correia atuando como corregedor substituto, desempenha um papel crucial na administração superior, encarregada de orientar e fiscalizar as atividades funcionais e a conduta dos membros do Ministério Público, conforme estabelecido na Lei Complementar Nº 15/96, art. 16.

Suas responsabilidades incluem realizar correições e inspeções nos órgãos de execução do MPAL, emitir recomendações não vinculativas, iniciar processos disciplinares para investigar a conduta dos membros da instituição, compilar mensalmente os relatórios das atividades das procuradorias e promotorias de Justiça, além de elaborar um relatório anual contendo dados estatísticos sobre as atividades dos membros do

Ministério Público no ano anterior, o qual é apresentado ao procurador-geral de Justiça na primeira quinzena de fevereiro.

Também integram o órgão os promotores de Justiça Adriana Gomes Moreira dos Santos, atuando como secretária-geral, Napoleão José Calheiros Correia de Melo Amaral Franco e Adivaldo Batista de Souza Júnior. O suporte administrativo é fornecido pelos servidores Andréa Guimarães, Cristiana Gomes da Silva, Karthalliane de Souza Medeiros, Manuella Góes da Fonsêca, Márcia Barros e Ronaldo Aureliano do Nascimento Filho.

As informações fornecidas abrangem o período de 2020 a 2024, sendo que nos primeiros dois anos, a coordenação da Corregedoria foi realizada pelo procurador de Justiça Walber José Valente de Lima.

Dados estatísticos da Corregedoria-Geral:

Correição ordinária	186
Correições extraordinárias	65
Processos de inspeções determinadas pelo CNMP com acompanhamento da Corregedoria	99
Pedido de informação	14
Sindicância	10
Inquério administrativo	02
Estágio probatório e de vitaliciamento	23
Promoção e remoção	28
Inspeção permanente	1.135
Pedidos de autorização para residir fora da comarca	134
Acompanhamento de reclamações disciplinares (CNMP)	21
Acompanhamento de resoluções do CNMP	72



Equipe da Ouvidoria do MPAL

OUVIDORIA

A Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Alagoas, coordenada pelo procurador de Justiça Eduardo Tavares Mendes, desempenha um papel fundamental como o principal canal de comunicação direta entre a sociedade e a instituição.

Seu objetivo é simplificar o contato com os cidadãos por meio de diversas plataformas de comunicação, com o intuito de agilizar as resoluções. Através dela, os cidadãos podem apresentar denúncias, elogios, sugestões, reclamações, solicitar informações e/ou fazer críticas, as quais serão minuciosamente analisadas pelo ouvidor do MPAL e sua equipe técnica, e posteriormente encaminhadas para o órgão interno competente, como a promotoria de justiça responsável. Além disso, a Ouvidoria promove campanhas institucionais e realiza palestras para disseminar informações sobre o Ministério Público de Alagoas para toda a sociedade.

Como é o caso da campanha “Assédio Não – Dignidade para Todos”, lançada em 2022, idealizada pela Ouvidoria e a Diretoria de Comunicação, com uma importante parceria entre

o Ministério Público de Alagoas, o Poder Executivo Estadual, o Sistema de Justiça e a Associação dos Municípios Alagoanos. A iniciativa teve como objetivo conscientizar e ampliar os meios de denúncia de assédio moral e sexual, envolvendo diversas instituições públicas e abrangendo ações como comerciais de rádio e TV, postagens nas redes sociais e panfletagem, visando combater essa prática que afeta a qualidade de vida dos trabalhadores.

Outro ponto importante foi a criação do aplicativo Proteção Mulheres, no ano de 2020, desenvolvido pelo Ministério Público de Alagoas, em parceria com os Núcleos de Defesa da Mulher e de Direitos Humanos, que fornece informações essenciais e facilita o processo de denúncia de violência doméstica, incluindo canais de comunicação, explicações sobre tipos de violência e a possibilidade de fazer manifestações.

Os dados abrangem o período de 2020 a 2024. No primeiro biênio, a coordenação da Ouvidoria estava a cargo do procurador de Justiça Lean Antônio Ferreira de Araújo.

Entre os anos de 2020 e 2024, a Ouvidoria recebeu:

23	171	1.425	441	8.390	21
Elogios	Sugestões e comentários	Reclamações	Informações	Denúncias	Críticas

Quantitativo por meio de recebimento:

Formulário eletrônico	E-mail	Postal/carta	Presencial	Telefone	App Ouvidoria MPAL	App Proteção Mulheres
7.605	1.813	4	51	15	904	79



Promotor de Justiça Antônio Luiz dos Santos Filho
Coordenador do GAECO

GAECO AJUIZOU 113 AÇÕES PENAIS NOS ÚLTIMOS QUATRO ANOS

Processos envolvem denúncias contra 1.474 réus

O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) do MPAL é um importante colegiado da instituição com a atribuição para oficiar representações, inquéritos policiais, procedimentos investigatórios e processos destinados a identificar e reprimir as organizações criminosas em todas as fases da persecução penal, inclusive audiências, até decisão final.

Atualmente ele é coordenado pelo promotor de Justiça Antônio Luiz dos Santos Filho, que atua ao lado dos promotores de Justiça Hamílton Carneiro

Júnior, Martha Bueno Marques de Pinto, Hylza Paiva Torres de Castro, Ilda Regina Reis Santos e Elísio da Silva Maia Júnior.

Entre janeiro de 2020 e fevereiro de 2024, período da gestão do procurador-geral de Justiça, Márcio Roberto Tenório de Albuquerque, o Grupo atuou intensamente para desbaratar diversas organizações criminosas que cometiam, em todo o território alagoano, uma série de ilícitos, como estelionato, fraudes e desvios de dinheiro dos cofres públicos.

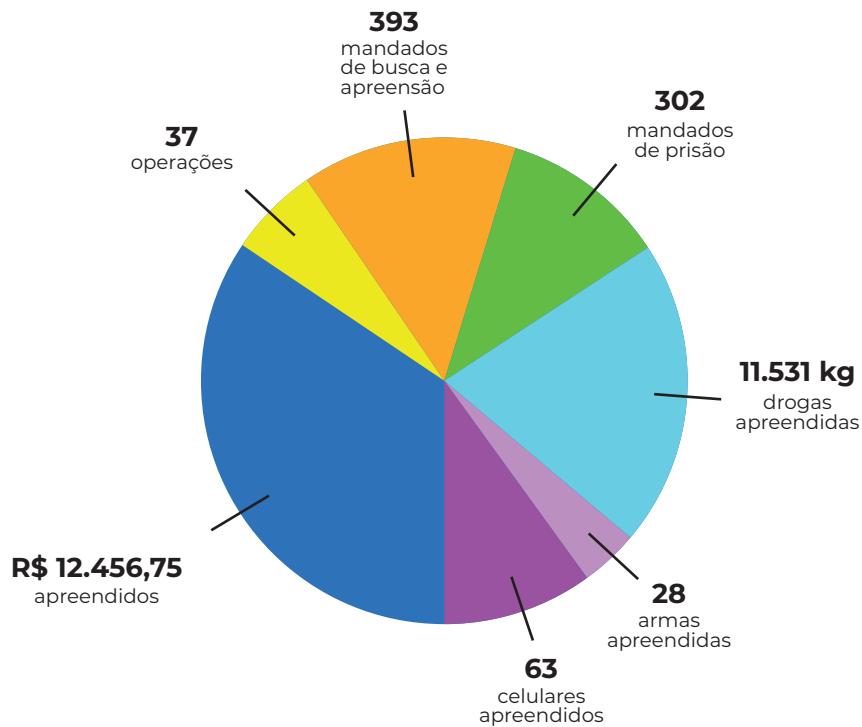


Dados

Segundo dados do Gaeco, a partir do trabalho conjunto com o Núcleo de Gestão de Informação (NGI/MPAL) e a Secretaria de Segurança Pública (SSP/AL), foram desencadeadas, nestes últimos quatro anos, 37 operações. Esse trabalho resultou na expedição de 393 mandados de busca

e apreensão e 302 mandados de prisão, todos expedidos pela 17ª Vara Criminal da Capital.

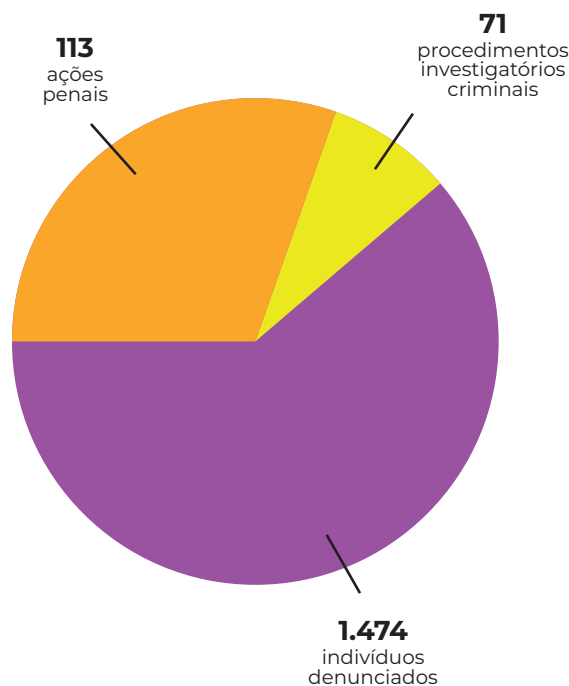
As operações também culminaram com a apreensão de 11,531 kg de drogas ilícitas, 28 armas de fogo, 63 aparelhos celulares e R\$ 12.456,75 reais.



Ações

Neste mesmo período, foram ajuizadas 113 ações penais, a partir das quais foram denunciados 1.474 indivíduos. Além disso, foram instaurados 71

novos procedimentos investigatórios criminais (PIC) com o objetivo de apurar mais fatos criminosos.





Operação Gaesf

GAESF

Atuação do GAESF já devolveu aos cofres públicos R\$ 258 milhões

O Gaesf (Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal e aos Crimes Contra a Ordem Tributária, Econômica e Conexos) foi criado em janeiro de 2017, por meio da Resolução nº 01/2017, com o objetivo maior de recuperar recursos que foram sonegados por grandes empresas. O colegiado funciona em parceria com outras instituições, como a Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz), a Procuradoria-Geral do Estado e a Polícia Militar. Entre 2020 e 2024, o Grupo já realizou 59 operações, totalizando mais de R\$ 258 milhões recuperados.

E para atuar na busca pela recuperação desses recursos, o Gaesf trabalha desenvolvendo uma série de atribuições, como realizar investigações cíveis e criminais e fazer uso de serviços de inteligência; acompanhar inquéritos policiais;

instaurar procedimentos administrativos de investigação na área de sua atuação; expedir notificações para colher depoimentos e esclarecimentos; e receber representações de qualquer pessoa ou entidade, assim como notícia de fato criminoso através de serviço disque denúncia, instituído por órgãos públicos.

Os promotores de Justiça que integram o Gaesf, Cyro Blatter (coordenador), Marília Cerqueira e Anderson Cláudio de Almeida, atuam diretamente em representações, inquéritos policiais, procedimentos investigatórios e processos judiciais destinados a identificar e reprimir os crimes contra a ordem tributária e econômica. Além disso, eles também trabalham nos processos até a decisão final de primeira instância.

Atuação do GAESF já devolveu aos cofres públicos R\$ 258 milhões

Durante a gestão do procurador-geral de Justiça, Márcio Roberto Tenório de Albuquerque, foram ajuizadas 59 ações penais visando a recuperação de R\$ 1,4 bilhão. Elas resultaram em denúncias contra 359 pessoas e na apreensão de 117 veículos, além de 133 imóveis bloqueados.

Desse total, R\$ 258 milhões já foram devolvidos ao Tesouro Estadual. E, atualmente, existem em investigação cerca de R\$ 1,1 bilhão, o que pode resultar em mais 10 operações a serem

deflagradas ao longo de 2024.

Dentre outros crimes, o Gaesf investiga fraudes fiscais, lavagem de bens, corrupção, enriquecimento ilícito, falsidade ideológica e de documentos e organizações criminosas.

OPERAÇÕES 2020/2023

Gambito da Rainha

(Maceió/AL, União dos Palmares/AL, Branquinha/AL, São Miguel dos Milagres/AL, São João/PE e Calçado/PE)

Desarticulou uma organização criminosa formada por empresárias, contador, auditores-fiscais da SEFAZ/AL, agente notarial, testas de ferro e laranjas, estruturada para fraudar o erário, falsificar documentos e praticar lavagem de bens e corrupção de agentes públicos, com sede em União dos Palmares/AL.

Data da deflagração: 02/12/2020

Prisões: 7 pessoas presas, sendo 3 preventivamente

Afastamento cautelar de cargo ou função Pública: 2 afastamentos decretados e 2 mandados cumpridos.

Busca e apreensão: 35 mandados cumpridos

Veículos apreendidos: 24 veículos

Valores apreendidos: aproximadamente R\$ 414.520,80 e R\$ 202,00 em espécie

Semoventes: 177 cabeças de gado; 7 éguas; 1 pônei; 1 burro e 11 cavalos

Outras apreensões: diversos aparelhos celulares, equipamentos de informática e documentos.

Pedido de Bloqueio de imóveis: 12 imóveis com pedido de bloqueio

Noteiras

(Maceió/AL, Belém/AL e Sorocaba/SP, Guarulhos/SP, Votorantim/SP, Indaiatuba/SP, Pilar do Sul/SP)

Desarticulou uma organização criminosa formada por empresários, contadores, testas de ferro e laranjas, estruturada para fraudar o erário, falsificação de documentos e lavagem de bens em Alagoas e São Paulo.

Data da deflagração: 12/05/2021

Prisões: 23 pessoas presas e todas denunciadas criminalmente

Núcleo Alagoas: 10 prisões decretadas e 10 mandados cumpridos

Núcleo São Paulo: 14 prisões decretadas e 13 mandados cumpridos

Busca e apreensão: 53 mandados de busca e apreensão

Veículos apreendidos: 17 veículos

Valores apreendidos: aproximadamente R\$ 27.650,00

Outras apreensões: diversos aparelhos celulares, equipamentos de informática e documentos físicos e extração de dados digitais

Prejuízo causado a AL: R\$ 453.000.000,00

Talaria

(Maceió/AL)

Apurou crime contra a ordem tributária, lavagem de dinheiro, dentre outros. O alvo foi o grupo empresarial "Sapatos", por meio de seus gestores, que se utilizavam de mecanismos ilícitos para deixar de recolher impostos devidos, praticando sonegação fiscal. Ele também se valia de estrutura criminosa para "lavar" os valores obtidos da prática ilegal.

Data da deflagração: 10/02/2022

Busca e apreensão: 12 mandados de busca e apreensão

Veículos apreendidos: 8 veículos

Valores apreendidos: R\$ 12.650,00 em espécie

Valores bloqueados: R\$ 124.842,53

Outras apreensões: documentos e dispositivos eletrônicos, mais de 100 unidades de HDs

Imóveis bloqueados: 11 imóveis

Plástico Quimérico

(Maceió/AL, São Paulo/SP, Sorocaba/SP)

Apurou crimes contra a ordem tributária, de organização criminosa, lavagem de dinheiro, dentre outros, que foram praticados por empresas dos ramos de plástico e resinas, que obtinham créditos ilícitos a partir de empresas noteiras e pessoas interpostas, que seriam utilizados por empresas sediadas em São Paulo.

Data da deflagração: 10/08/2022

Monitoramento eletrônico: 6 pessoas presas

Prisões preventivas: 1 prisão preventiva decretada e 1 domiciliar

Busca e apreensão: 18 mandados de busca e apreensão cumpridos

Veículos apreendidos: 13 veículos

Imóveis bloqueados: R\$9.000.000,00

Valores bloqueados: R\$9.612.283,57

Outras apreensões: documentos e dispositivos eletrônicos

Ponto Final

(Maceió/AL)

Apurou crimes contra a ordem tributária e de organização criminosa e teve o objetivo de desarticular um esquema especializado no cometimento de fraudes fiscais que alcançaram valores superiores a R\$ 42 milhões envolvendo estabelecimentos que comercializavam bebidas e cigarros.

Data da deflagração: 13/09/2022

Busca e apreensão: 18 mandados de busca e apreensão cumpridos

Veículos apreendidos: 8 veículos apreendidos e outros 7 bloqueados

Valores apreendidos: R\$ 51.000,00

Imóveis: 18 imóveis bloqueados

Valores bloqueados: R\$ 8.527.239,52

Outras apreensões: documentos e dispositivos eletrônicos

Beco Diagonal

(Maceió/AL, Flexeiras/AL, Marechal Deodoro/AL e Palmeira dos Índios/AL)

Apurou crimes contra a ordem tributária, de organização criminosa e lavagem de dinheiro praticados mediante pessoas jurídicas fraudulentas que movimentaram mais de R\$ 44 milhões. A operação derivou de outras duas: Operação Evanescos e Operação Parasita.

Data da deflagração: 07/12/2022

Prisões: 1 pessoa presa preventivamente

Busca e apreensão: 21 mandados de busca e apreensão cumpridos

Veículos apreendidos: 17 veículos

Valores apreendidos: aproximadamente R\$ 1.400.000,00 em espécie

Valores bloqueados: R\$ 44.758.751,37

Outras apreensões: documentos e dispositivos eletrônicos

Evanescos

(Maceió/AL, Pilar/AL, São José da Laje/AL e Taquarana/AL)

A investigação teve como objetivo cessar as atividades de Orcrim, no segmento de alimentos, pela prática de ilícitos penais de sonegação fiscal, lavagem de bens e falsidades, cujos prejuízos chegaram a R\$ 35 milhões para os cofres públicos do Estado.

Data da deflagração: 25/04/2023

Busca e apreensão: 10 mandados de busca e apreensão cumpridos

Veículos apreendidos: 10 veículos

Imóveis bloqueados: 28 imóveis

Valores bloqueados: R\$ 27.301.700,50

Outras apreensões: documentos e dispositivos eletrônicos

Parasita

(Maceió/AL, Recife/PE)

Os investigados integravam Orcrim especializada em fraudes societárias, fiscais, além de criação de avatares em suas relações com o poder público. As empresas envolvidas são do ramo comercial.

Data da deflagração: 20/09/2023

Prisões preventivas: 6 prisões preventivas decretadas e 2 mandados cumpridos

Busca e apreensão: 9 mandados de busca e apreensão cumpridos

Veículos apreendidos: 2 veículos

Imóveis bloqueados: 11 imóveis

Valores bloqueados: R\$1.000.000,00

Outras apreensões: documentos e dispositivos eletrônicos

Polímero

(Sorocaba/SP, Araçoiaba da Serra/SP, Tietê/SP, Porto Feliz/SP, Pilar do Sul/SP, Cerquilha/SP, Votorantim/SP, Mauá/SP, Leme/SP, Guarulhos/SP e Indaiatuba/SP)

Investigou Orcrim especializada em fraudes societárias, falsidade ideológica, lavagem de bens e emissão de notas fiscais inidôneas em um valor total de R\$ 220.998.418,10 milhões em Alagoas, gerando um prejuízo estimado em cerca de R\$ 37 milhões.

Data da deflagração: 28/09/2023

Prisões preventivas: 5 prisões preventivas decretadas

Busca e apreensão: 31 mandados de busca e apreensão cumpridos

Veículos apreendidos: 24 veículos (R\$12.000.000,00)

Veículos bloqueados: R\$ 37.569.731,08

Outras apreensões: documentos e dispositivos eletrônicos

Polímero II

(Santa Catarina/SC)

Foi derivada da Operação Polímero e resultou no cumprimento mandado de busca e apreensão e sequestro de aeronave.

Data da deflagração: 17/01/2024

Busca e apreensão: 1 mandado de busca e apreensão cumprido e 1 aeronave bloqueada no valor de R\$ 11.000.000,00



App Proteção Mulheres

Um aplicativo exclusivo
para denúncias de violência
contra a mulher.

Denuncie

#Sua
Atitude
Salva!

Baixe gratuitamente!





AÇÕES PREMIADAS

Ao longo dos últimos quatro anos, membros e servidores foram atuantes na realização de projetos, campanhas e ações em prol da população alagoana. Os resultados obtidos tiveram o devido reconhecimento social, o que levou à consagração dessas iniciativas por meio de premiações, algumas de abrangência nacional.

1º lugar na categoria “Comunicação e relacionamento” do Prêmio CNMP 2020

Campanha Agosto Lilás

A campanha “Agosto Lilás” tem como missão prevenir e combater a violência doméstica e familiar contra a mulher. Coordenada pelos núcleos de Defesa da Mulher e de Direitos Humanos e pela 38ª Promotoria de Justiça da Capital, a iniciativa foi executada pela Diretoria de Comunicação do MPAL. A campanha envolveu comerciais de rádio e TV, material gráfico, atividades na capital e no interior e criação de conteúdo para as redes sociais.

Equipe: Hylza Paiva Torres, Maria José Alves da Silva, Marluce Falcão de Oliveira, Maria Cristina Mendes Cavalcante Bispo e Janaina Ribeiro.



Recebimento do troféu do Prêmio CNMP 2020

2º lugar na categoria “Defesa dos direitos fundamentais” do Prêmio CNMP 2020

Pró-Reservas: Projeto de incentivo à criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural

O projeto “Pró-Reservas: Projeto de incentivo à criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs)” procura incentivar a destinação de áreas para a realização de pesquisas científicas, turismo ecológico e educação ambiental. Desde seu lançamento, o projeto já conseguiu transformar mais de 10 mil hectares em áreas de conservação da natureza.

Equipe: Lavínia Silveira de Mendonça Fragoso, Alberto Fonseca, Renata Oliveira Teixeira Cavalcante e Walber Mendes Gama.



Recebimento do troféu do Prêmio CNMP 2020

3º lugar na categoria “Tecnologia da informação”

Transporte Legal

Desenvolvido pelo Núcleo de Defesa da Educação e pela Diretoria de Tecnologia e Informação do MPAL, o projeto “App de Olho no Transporte Legal” tem o objetivo de realizar o controle de dados e a fiscalização do transporte público escolar em Alagoas, auxiliando no trabalho realizado pelos promotores de Justiça. Como o app funciona: os gestores de cada município disponibilizam, por meio da ferramenta, os dados relativos à sua frota para que os promotores façam o acompanhamento da qualidade dos ônibus e vans.

Equipe: Lucas Sachsida Carneiro Junqueiro, Wesley de Oliveira Cavalcante e Diogo dos Santos Fonseca.



Recebimento do troféu do Prêmio CNMP 2020

Certificação “Diversidade nas instituições: selo de boas práticas institucionais”

Campanha Agosto Lilás

O Ministério Público de Alagoas recebeu a certificação “Diversidade nas instituições: selo de boas práticas institucionais,” concedida pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) em reconhecimento à valorosa contribuição para a promoção da cultura do respeito à diversidade humana.

O projeto “Respeito e Diversidade” é de iniciativa da presidência do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) em conjunto com a Escola Superior do Ministério Público da União e o Ministério Público Federal. Ele foi criado com o propósito de realizar ações interinstitucionais voltadas a contribuir com a reflexão, a discussão e as iniciativas que promovam a cultura o respeito à diversidade humana, ao pluralismo de ideias e opiniões sobre aspectos sociais, políticos, de gênero, de raça, de credo, entre outros.



Recebimento da certificação em Brasília

"Fitinha da Proteção" vence o Prêmio Neide Castanha

No dia 19 de maio de 2022, o MPAL venceu o Prêmio Neide Castanha na categoria "Boas Práticas em Rede" com o projeto "Fitinha da Proteção", que realizou, ao longo de 2021, ações de prevenção ao abuso sexual contra crianças e adolescentes por meio de atividades educativas, além da distribuição de fitas no município de Rio Largo.

Em um ano de projeto, houve um aumento de 70% de denúncias no município. Vale lembrar que a iniciativa é fruto de uma parceria entre a 1ª Promotoria de Justiça de Rio Largo, o Núcleo de Defesa da Criança e do Adolescente do MPAL, o Comitê Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes de Rio Largo e a Editora Caqui.

Equipe: Cláudio Luiz Galvão Malta, Jediane Freitas, Andreza Galindo Alves de Queiroz, João Rodrigo Santos Ferreira e Maria Cristina Mendes.



Recebimento do troféu do Prêmio Neide Castanha

PGJ tem trabalho reconhecido pela mídia alagoana

No dia 18 de julho de 2022, o procurador-geral de Justiça, Márcio Roberto Tenório de Albuquerque, recebeu o Prêmio Destaque do Ano, realizado pelo jornal Alagoas na Mídia. A homenagem foi feita em reconhecimento ao trabalho do chefe da instituição em prol da promoção da justiça. O troféu foi entregue pela diretora-executiva do veículo, Marcela Vilela.

Recebimento do troféu do Prêmio Destaque do Ano



MPAL recebe Prêmio da OAB/AL por projetos na área ambiental

Em 20 de outubro de 2022, o Ministério Público recebeu o Prêmio Sérgio Túlio Marinho de Proteção Animal, da Ordem dos Advogados do Brasil - Alagoas, pelo trabalho que a instituição realiza em prol do meio ambiente, a exemplo dos projetos "Reintrodução do Mutum-de-Alagoas", "Macuco" e "Reintrodução do Papagaio Chauá/Curau", além da participação do MPAL na Fiscalização Preventiva Integrada (FPI) do São Francisco.

Equipe: Márcio Antônio Gomes Reis Júnior, Alberto Fonseca, Lavínia Fragoso e Thaísa Ellane de Jesus Cavalcante Lamenha.



MPAL recebe Prêmio Sérgio Túlio Marinho da OAB/AL

Projeto "ANPP Restaurador" é premiado pelo CNPG

O MPAL foi vencedor do Prêmio Acordo de Não Persecução Penal, realizado pelo Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPG), com o projeto "ANPP Restaurador". A iniciativa prevê a aplicação de acordos em alguns casos relacionados a tráfico privilegiado com o objetivo de promover a reinserção social dos acusados que venham a se declarar dependentes químicos por meio de tratamentos em saúde oferecidos pelos Centros de Atenção Psicossocial. A solenidade foi realizada no dia 10 de novembro de 2022.

Equipe: Thiago Chacon e Eveline Soares de Melo



MPAL recebe prêmio do CNPG

"App Proteção Mulheres" conquista o pódio no Prêmio CNMP 2022

Fechando as premiações de 2022, o MPAL conquistou o 3º lugar do Prêmio CNMP na categoria "Equidade de gênero" com o projeto "App Proteção Mulheres", que consiste em um aplicativo para a realização de denúncias de violência doméstica e familiar. A ideia para o app surgiu durante a pandemia da Covid-19, período em que foi registrado um aumento nos casos desse tipo de violência, vitimando mulheres em todo o país. A premiação foi no dia 30 de novembro.

Equipe: Hylza Paiva Torres, Maria Cristina Mendes C. B. Oliveira, Marluce Falcão de Oliveira, Roberto Filipe de Almeida Coimbra, Stela Valéria Soares de F. Cavalcanti e Wesley de Oliveira Cavalcante.



Recebimento do troféu do Prêmio CNMP 2022

PGJ tem gestão reconhecida pelo Prêmio Selma Brito

Em 3 de abril de 2023, o procurador-geral de Justiça, Márcio Roberto Tenório de Albuquerque, recebeu o Prêmio Selma Brito na categoria "Modelo de Gestão" pelo trabalho desenvolvido por ele à frente do MPAL. A premiação é voltada a personalidades que se destacam em diversas áreas, como cultura, turismo, desenvolvimento, entre outras.



PGJ Márcio Roberto recebe troféu do Prêmio Selma Brito

MPAL é vencedor em duas categorias do Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça

A Diretoria de Comunicação do Ministério Público do Estado de Alagoas conquistou o 2º lugar em duas categorias do XX Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça (PNCJ): "Mídia Social", com a campanha "Me Aceita como Sou", em celebração ao Dia da Visibilidade Trans; e "Fotografia", com trabalho de autoria de Anderson Macena que retratou fiscalização do projeto "Sede de Aprender". Os vencedores foram revelados no dia 10 de novembro de 2023 durante o encerramento do Congresso Brasileiro de Assessores de Comunicação do Sistema de Justiça (Conbrascom).

Equipe: Anderson Macena Cavalcante, Claudemir Mota, Dulce Melo, Elizangela dos Santos, Ethiene Ribeiro Fonseca, Flávia Lima, Janaina Ribeiro Soares, Lalo Andrade, João Alcides Cerqueira, Thiago Henrique Ferreira.



Equipe da Dicom comemorando o 2º lugar no XX Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça

Projeto "Recomeçar" conquista 1º lugar no Prêmio CNMP 2023

No dia 28 de novembro de 2023, o MPAL ficou na primeira colocação do Prêmio CNMP na categoria "Integração e articulação" com o projeto "Recomeçar - Oficina de Jovens Aprendizes". A iniciativa busca, por meio da capacitação profissional, instrumentalizar jovens em situação de vulnerabilidade social e socioeducandos para que eles possam transformar suas próprias vidas.

Equipe: Amanda Eloyse Silva Costa, Maurício Amaral Wanderley, Viviane Karla Farias e Maria Cristina Mendes Cavalcante.



Recebimento do troféu do Prêmio CNMP 2023

MPAL tem trabalho reconhecido por Selo de Resolutividade do CNMP

No dia 11 de dezembro de 2023, o Ministério Público de Alagoas recebeu do CNMP o “Selo de Resolutividade” pela atuação proativa em defesa da sociedade. No mesmo evento, o procurador-geral de Justiça, Márcio Roberto Tenório de Albuquerque, foi homenageado pelo trabalho que vem desempenhando em prol da resolutividade e da unidade do MP. Vale destacar ainda a entrega de certificado à Corregedoria-Geral do MPAL pelo trabalho de valoração do MP resolutivo.

Mais homenagens

No mesmo evento, o CNMP entregou mais certificados a quatro iniciativas desenvolvidas pelo Ministério Público de Alagoas:

- O projeto “App Transporte Legal”, que tem como objetivo acompanhar e fiscalizar, por meio de aplicativo para smartphone e tablet, as vistorias realizadas no transporte escolar em Alagoas. A iniciativa é dos promotores de Justiça Lucas Sachsida e Kleber Valadares.

- O projeto “Mulheres em Segurança: Assédio Não”, que busca promover uma cultura de igualdade de gênero e de não-discriminação nos órgãos de segurança pública. O projeto é realizado pelas promotoras de Justiça Karla Padilha Rebelo e Marluce Falcão de Oliveira.

Recebimento do “Selo de Resolutividade” da Corregedoria Nacional do CNMP



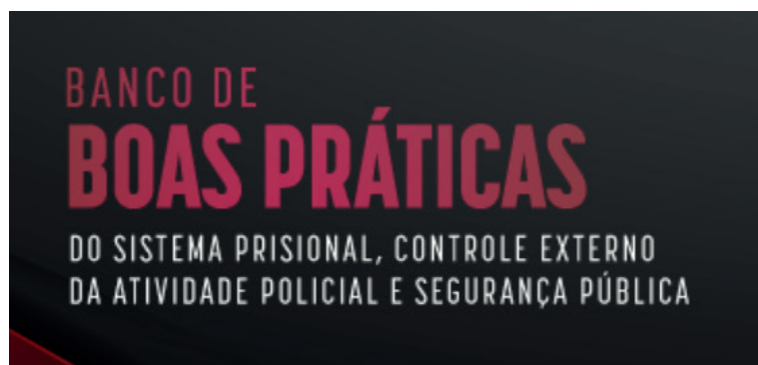
- O projeto “Reintrodução do Mutum-de-Alagoas”, que é uma iniciativa dos promotores de Justiça Alberto Fonseca e Lavínia Fragoso e tem como objetivo a realização de esforços para garantir a reprodução e repovoamento da ave em seu habitat natural, tendo em vista se tratar de uma espécie extinta na natureza.

- O projeto “Socioeducação em Dados”, que tem como proposta o levantamento de informações sobre a realidade de adolescentes em conflito com a lei em Alagoas, possibilitando a implementação de políticas públicas mais efetivas. A iniciativa é das promotoras de Justiça Marília Cerqueira e Alexandra Beurlen.

CNMP registra no Banco de Boas Práticas quatro projetos do MPAL

Quatro projetos desenvolvidos pelo Ministério Público de Alagoas foram aprovados pelo Conselho Nacional do Ministério Público para integrar o seu Banco de Boas Práticas no biênio 2022/2023. A iniciativa tem como objetivo registrar e divulgar projetos inovadores, criativos e com resultados comprovados na área da segurança pública, sistema prisional e controle externo da atividade policial.

Com isso, passam a integrar o banco os projetos “Acesso ao PPE da Polícia Civil por Via Judicial”, “Projeto Mulheres em Segurança: Assédio Não” e “O Preço do Crime”, todos desenvolvidos pela promotora de Justiça Karla Padilha; bem como o projeto “Depoimento PM em Juízo: Preservar para Valorar”, realizado pelo promotor de Justiça Magno Alexandre Moura.



Prêmio Excelência em Gestão de Projetos



Criado em 2020, o “Prêmio Excelência em Gestão de Projetos” busca reconhecer o trabalho de membros e servidores no desenvolvimento de projetos de relevância social. Anualmente, são premiadas as três melhores iniciativas na área-fim e área-meio, além dos gerentes de projeto que se destacaram.

Solenidade de premiação do Prêmio Excelência em Gestão de Projetos 2023



Premiação 2020

Área-fim:

1º lugar – Projeto Transparência no Legislativo Alagoano.

Equipe: promotor de Justiça José Carlos Silva Castro, Andreza Galindo Alves de Queiroz, Andressa de Freitas Santos Dantas, Paula Aguiar Araújo Dantas, Thiago Henrique Ferreira e Víctor Hugo Lessa Pierre.

2º lugar – Projeto Direitos Humanos em Pauta.

Equipe: promotoras de Justiça Marluce Falcão de Oliveira, Hylza Paiva Torres Castro e Dalva Vanderlei Tenório e o servidor Thomaz Augusto Lucena Fireman.

3º lugar – Projeto Agosto Lilás.

Equipe: promotoras de Justiça Hylza Paiva Torres, Maria José Alves da Silva, Marluce Falcão de Oliveira e Stela Valeria Cavalcanti e a servidora Maria Cristina Mendes Cavalcante.

Área-meio:

1º lugar - Aplicativo Ouvidoria MPAL.

Equipe: Vitor Luiz Pereira Ribeiro, Roberto Filipe de Almeida Coimbra, Wesley de Oliveira Cavalcante e Paulo Gil Malta Feitosa Alcântara.

2º lugar - Clima Organizacional

Equipe: Victor Hugo Lessa Pierre, Eglene Franco Alves Mussuri, Patrick Rocha de Barros e Andreza Fabiane Vilanova Silva.

3º lugar – Sistema de Gestão de Estagiários e Voluntários

Equipe: Vitor Luiz Pereira Ribeiro, Wesley de Oliveira Cavalcante, Thiago Pacheco Andrade Pereira, Andreza Galindo Alves de Queiroz e Eglene Franco Alves Mussuri.

Gestores de projetos:

1º lugar - Andreza Galindo Alves de Queiroz Projeto Transparência no Legislativo – Efetivação

Equipe: promotor de Justiça José Carlos Silva Castro, Andreza Galindo Alves de Queiroz, Andressa de Freitas Santos Dantas, Thiago Henrique Ferreira e Victor Hugo Lessa Pierre e Paula Aguiar.

2º lugar - Vitor Luiz Pereira Ribeiro Projeto Aplicativo Android para Ouvidoria MPAL

Equipe: Vitor Luiz Pereira Ribeiro, Roberto Filipe de Almeida Coimbra, Wesley de Oliveira Cavalcante e Paulo Gil Malta Feitosa Alcântara.

3º lugar - Flávio Vasconcelos de Brito Projeto MP Conectado com Você – Poluição Sonora



Solenidade de premiação do Prêmio Excelência em Gestão de Projetos 2022

Premiação 2021

Área-fim:

1º lugar - Paineis da Improbidade

Equipe: promotor de Justiça José Carlos Castro e servidores Vitor Luiz Pereira, Roberto Filipe de Almeida e Dogivaldo Mendonça.

2º lugar - Reintrodução do Mutum-de-alagoas (fase 3).

Equipe: promotores de Justiça Alberto Fonseca e Lavinia Fragoso e servidores Márcio Antônio Gomes e Thaísa Ellane.

3º lugar - Rodas de Conversa com a Socioeducação

Equipe: promotora de Justiça Marília Cerqueira e servidores Natasha Alves e Thiago da Silva.

Área-meio:

1º lugar: De olho no Transporte Legal

Equipe: promotor de Justiça Lucas Sachsida Junqueira e servidores Wesley Cavalcante e Diogo Fonseca.

2º lugar: Implantação da Gestão de Custos (SICGESP)

Equipe: servidores Bruno Daniel de Lima, Arthur Tavares, Eglene Franco, Jamille Setton e Wesley Cavalcante.

3º lugar: DOE Eletrônico

Equipe: servidores Isadora Aguiar, Andressa Loureiro, Carolina Lopes e Roberto Coimbra

Gestores de projetos:

1º lugar - Amanda Costa, do projeto Recomeçar – Oficina de Jovens Aprendizes.

Equipe: promotores de Justiça Maurício Wanderley e Viviane Karla Farias e a servidora Maria Cristina Mendes.

2º lugar - Thaísa Ellane, da FPI do São Francisco.

Equipe: promotores de Justiça Lavinia Fragoso, Alberto Fonseca, Maurício Mannarino e Ricardo Libório.

3º lugar - Thomaz Fireman, do Direitos Humanos em Pauta (DHP) e Idoso Cidadão: a voz da experiência.

Equipe: promotores de Justiça Marluce Falcão, Denis Guimarães de Oliveira, Kleber Valadares, Dalva Tenório e Hylza Paiva.

Solenidade de premiação do Prêmio Excelência em Gestão de Projetos 2021



Premiação 2022

Área-fim:

1º lugar - projeto Fitinha da Proteção

Equipe: promotor de Justiça Cláudio Luiz Galvão Malta e os servidores Andreza Galindo Alves de Queiroz, Clara Morgana Torres da Rocha, Erikson Calheiros de Souza, Jediane Freitas da Silva, João Rodrigo Santos Ferreira e Maria Cristina Mendes Cavalcante Bispo.

2º lugar - projeto Sede de Aprender - Água Potável nas Escolas

Equipe: promotores de Justiça Lucas Sachsida Junqueira Carneiro, Kleber Valadares Coelho Júnior e José Carlos Silva Castro e o servidor Delúcio de Gusmão Andrade.

3º lugar - projeto Acolher para Proteger

Equipe: promotor de Justiça José Antônio Malta Marques e o servidor Flávio Vasconcelos de Brito.

Área-Meio:

1º lugar - projeto Aplicativo Proteção Mulheres

Equipe: promotoras de Justiça Stela Valeria Soares Cavalcanti, Hylza Paiva Torres de Castro e Marluce Falcão de Oliveira e os servidores Roberto Filipe de Almeida Coimbra, Wesley de Oliveira Cavalcante e Maria Cristina Mendes Cavalcante Bispo.

2º lugar: projeto Assédio Não - #DignidadeParaTodos

Equipe: procurador de Justiça Lean Antônio Ferreira de Araújo e os servidores Janaina Ribeiro Soares, Thiago Henrique Ferreira, João Cerqueira, Flávia Lima, Anderson Macena, Claudemir Mota e Dulce Melo.

3º lugar: projeto Sistema de Assentamentos Funcionais de Membros

Equipe: promotora de Justiça Adriana Gomes Moreira dos Santos e os servidores Karthalliane de Souza Medeiros, Manuella Góes da Fonseca, Roberto Filipe de Almeida Coimbra e Wesley de Oliveira Cavalcante.

Gerentes de projetos:

1º lugar: Delúcio Gusmão Andrade - projeto Sede de Aprender

Equipe: promotores de Justiça Lucas Sachsida Junqueira Carneiro, Kleber Valadares Coelho Júnior e José Carlos Silva Castro e o servidor Delúcio de Gusmão Andrade.

2º lugar: Jediane Freitas da Silva - projeto Fitinha da Proteção

Equipe: promotor de Justiça Cláudio Luiz Galvão Malta e os servidores Andreza Galindo Alves de Queiroz, Clara Morgana Torres da Rocha, Erikson Calheiros de Souza, Jediane Freitas da Silva, João Rodrigo Santos Ferreira e Maria Cristina Mendes Cavalcante Bispo.

3º lugar: Filipe de Almeida Coimbra - projeto Sistema de Assentamentos Funcionais de Membros

Equipe: promotora de Justiça Adriana Gomes Moreira dos Santos e os servidores Karthalliane de Souza Medeiros, Manuella Góes da Fonseca, Roberto Filipe de Almeida Coimbra e Wesley de Oliveira Cavalcante.



Solenidade de premiação do Prêmio Excelência em Gestão de Projetos 2023

Premiação 2023

Área-fim

1º lugar: projeto Socioeducação em Dados

Equipe: promotoras de Justiça Marília Cerqueira Lima e Alexandra Beurlen e os servidores Diogo dos Santos Fonseca e Thiago Alves.

2º lugar: Programa de Localização de Desaparecidos (Plid)

Equipe: promotora de Justiça Marluce Falcão.

3º lugar: projeto Mulheres em Segurança – Assédio Não

Equipe: promotora de Justiça Karla Padilha.

Área-meio

1º lugar: projeto Intolerâncias

Equipe: Anderson Macena, Ethiene Ribeiro Fonseca, Flávia Lima, Janaina Ribeiro Soares, João Cerqueira e Thiago Henrique Ferreira.

2º lugar: Campanha me Aceita como Sou

Equipe: Anderson Macena, Claudemir Mota, Dulce Melo Ethiene Ribeiro Fonseca, Flávia Lima, Janaina Ribeiro Soares, João Cerqueira e Thiago Henrique Ferreira.

3º lugar: Projeto Prêmio de Jornalismo

Equipe: Anderson Macena, Dulce Melo, Janaina Ribeiro Soares, João Cerqueira e Thiago Henrique

Gerentes de Projetos

1º lugar: Thiago Alves da Silva – Projeto Socioeducação em Dados

Equipe: promotoras de Justiça Marília Cerqueira Lima e Alexandra Beurlen e os servidores Diogo dos Santos Fonseca e Thiago Alves.

2º lugar: Dario dos Santos – Projeto Reorganizando a RAPS – 10ª Região

Equipe: promotor de Justiça Denis Guimarães e os servidores Dario dos Santos e Shirley Vianna

3º lugar: Eveline Soares de Melo – Projeto Terceiro Setor Digital e Atuação em Rede no Terceiro Setor

Equipe: promotor de Justiça Givaldo de Barros Lessa e Eveline Soares de Melo



Equipe da Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA

A Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica (Asplage) é coordenada pela promotora de Justiça Stela Valéria Cavalcanti e tem como propósito apoiar a administração superior do Ministério Público em suas ações e metas futuras, favorecendo a integração de membros e servidores, além de contribuir para que as atividades aconteçam de forma planejada e eficiente.

Gestão Estratégica

A Seção de Gestão Estratégica tem a missão de assistir e assessorar o procurador-geral de Justiça na sistematização, priorização, desenvolvimento, monitoramento e harmonização das ações de planejamento e gestão estratégica, prestar suporte técnico, operacional e informacional ao Comitê de Gestão Estratégica, além de atuar na elaboração e acompanhamento do mapa estratégico, indicadores, metas e projetos, com suas respectivas qualificações e priorizações.

Gestão de Processos

O Escritório de Gerenciamento de Processos de Atividades (EGPA) é o setor responsável pela implementação da gestão por processos de atividades no âmbito do Ministério Público de Alagoas. Sua missão é dar apoio a membros e servidores acerca de padrões de conformidade, modelos, educação e metodologias empregadas na organização.

Gestão de Projetos

O Escritório de Projetos Estratégicos é a unidade que oferece suporte à elaboração, ao gerenciamento e à execução de programas e projetos no âmbito do Ministério Público de Alagoas. Nele estão centralizadas as informações referentes ao conjunto de programas/projetos da instituição.

Seção de Gestão Estratégica

De 2020 a 2024, o planejamento estratégico passou por grandes mudanças. Além da pandemia da Covid-19, o período também foi marcado pelo encerramento do Plano Estratégico Institucional (PEI) 2011-2022, que foi a primeira indicativa do gênero a ser realizado pelo MPAL, bem como pela construção do novo Plano Estratégico 2023-2029, que trouxe grandes desafios.

Apesar dos recursos limitados, a Administração Superior e a gestão do procurador-geral de Justiça, Márcio Roberto Tenório de Albuquerque, não mediram esforços para continuar investindo no planejamento estratégico durante todo o período de 2020-2024, trazendo, assim, grandes resultados.

Durante os quatro anos de gestão do atual PGJ, foram realizadas 49 Reuniões de Análise Estratégica: 11 em 2020, 12 em 2021, 12 em 2022, 12 em 2023 e duas em 2024 até a data de publicação deste relatório. Os encontros contaram com a presença dos membros do Comitê de Gestão e foram presididas pelo procurador-geral de Justiça, determinando os caminhos da gestão estratégica no MPAL durante o período.

Dentre os benefícios das reuniões mensais estão: maior proximidade entre os membros do comitê de gestão e o decisor

estratégico, presidente do Comitê; resolução de dificuldades e entraves em menor tempo; e aumento da eficácia de execução do plano geral de atuação.

Ainda no ano de 2020, a gestão estratégica estabeleceu um ciclo de apresentações periódicas para todos os objetivos estratégicos da instituição. A cada semestre foi executado um ciclo de prestação de contas dos gestores de cada área, mantendo uma dinâmica positiva do cumprimento das metas e indicadores de cada plano estratégico.

Com a publicação do edital de projetos estratégicos e o investimento da Administração Superior em iniciativas que impactam na execução do Plano Estratégico Institucional, as Reuniões de Análise Estratégica também se tornaram um espaço essencial para apresentação e acompanhamento dos projetos aprovados pela instituição, dando conhecimento e visibilidade ao que vem sendo produzido por membros e servidores da instituição.

Falando em visibilidade, cabe destacar que as Reuniões de Análise Estratégica são divulgadas por meio de matérias jornalísticas no site institucional do MPAL e em suas redes sociais.



PLANO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
2023 • 2029

Novo PEI

Levando em consideração a Resolução 147/2016 do CNMP, que traz diretrizes para o planejamento estratégico do Conselho Nacional e das unidades e ramos do Ministério Público, o MPAL deu início em 2022 à construção do seu novo Plano Estratégico Institucional (PEI) 2023-2029.

O primeiro passo tomado pela instituição foi em fevereiro do referido ano, quando ocorreu a assinatura do termo de adesão ao Mapa Estratégico

do PEN-MP 2020-2029, possibilitando apoio técnico logístico do CNMP, por meio da Comissão de Planejamento Estratégico (CPE), em todas as etapas da construção do novo PEI.

Durante esse processo, o MPAL realizou 14 reuniões virtuais que contaram com a participação dos Membros do Comitê de Análise Estratégica, CPE e do procurador-geral de Justiça, Márcio Roberto Tenório de Albuquerque.



Construção do Plano Estratégico Institucional 2023-2029

Construção coletiva

Após a definição dos eixos temáticos que norteariam as discussões sobre o novo plano, a Asplage realizou oficinas de trabalho em Maceió e Arapiraca, que contaram com a efetiva participação de membros e servidores. As mesas temáticas realizadas na capital tiveram a adesão de 100 participantes da Região Metropolitana de Maceió.

A segunda oficina ocorreu em Arapiraca, com a abertura feita pelo subprocurador-geral Administrativo-Institucional, Valter José de Omena Acioly, e participação do diretor do Caop, José Antônio Malta Marques, além de representantes dos Núcleos de Apoio, membros e servidores que atuam nas comarcas do Agreste e do Sertão

alagoano. Esse momento de debate teve grande engajamento de membros e servidores, que aproveitaram a oportunidade para sugerir programas e ações que seriam inseridos no novo PEI.

Ao levar as oficinas para o interior do estado, a Asplage buscou oportunizar aos membros e servidores de outros polos a devida participação e contribuição, lembrando que os membros do interior, por terem uma atuação mais generalista quando comparados aos que atuam na capital, lidam com demandas que têm suas próprias especificidades.

Indicadores estratégicos

Finalizando o cronograma de eventos, o MPAL realizou uma oficina de criação de indicadores estratégicos, com orientações da equipe da Asplage e da CPE. O encontro teve a participação dos integrantes do Comitê de Gestão Estratégica (CGE), coordenadores de núcleos do Caop e de promotores de Justiça com atuação em temáticas específicas, como direitos das mulheres, população vulnerável, fundações e combate à lavagem de dinheiro.

Como mencionado, o objetivo desta oficina foi a elaboração dos indicadores estratégicos, que

são parâmetros pré-determinados para a definição de prioridades, estabelecimento de metas, meios de aferição dos resultados e acompanhamento. Importante destacar que esta metodologia foi uma inovação do Apoio Técnico e Logístico do CNMP aos estados, tendo ocorrido pela primeira vez no MPAL.

Ao final da oficina, foram criados 96 indicadores, um para cada ação estratégica.

Após a fase de discussão, a Asplage deu início à compilação dos dados, design e diagramação do Novo PEI.



Definição dos indicadores do Plano Estratégico Institucional 2023-2029

Plano Geral de Atuação

Com a conclusão do novo Plano Estratégico Institucional 2023-2026 e a construção dos indicadores, a próxima etapa foi a construção do Plano Geral de Atuação da Instituição, que consiste em um recorte do Plano Institucional, trazendo a definição de ações, projetos, metas e prazos.

Para tal, cada área estratégica que compõe o Comitê de Gestão Estratégica construiu seus planos de ação para o período de 2023-2026 em uma oficina realizada pela Asplage no dia 18 de abril de 2023. Com a conclusão dessa fase, o Plano Geral de Atuação do MPAL foi publicado no Diário Oficial da instituição no dia 27 de abril de 2023.

Acompanhamento

A Seção de Gestão Estratégica realiza de forma permanente o monitoramento e acompanhamento das etapas de execução do Plano Estratégico Institucional, tanto do antigo plano, encerrado em 2022, como do atual.

Faz parte do monitoramento a realização de ciclos de apresentações durante as Reuniões de Análise Estratégica. Nos encontros, cada membro do Comitê de Gestão Estratégica apresenta o andamento dos seus planos de atuação, além da apresentação de projetos estratégicos executados pela instituição com objetivo de garantir a publicidade.

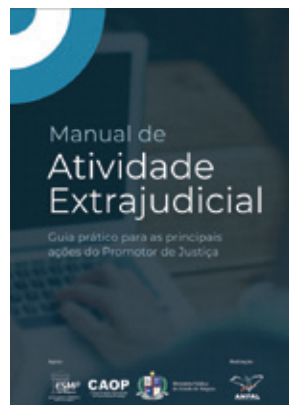
Seção de Gestão de Processos

Produtos elaborados com a participação do Escritório de Processos de Atividades

O Manual de Atividade Extrajudicial foi construído com o objetivo de facilitar o trabalho dos membros e servidores do MPAL ao oferecer uma ferramenta de consulta para o aperfeiçoamento do seu trabalho, atendendo, dessa forma, resoluções criadas pela própria instituição e pelo CNMP. Vale destacar que a elaboração do manual contou com o apoio da Associação do Ministério Público de Alagoas (Ampal), bem como com a contribuição de diversos membros.

Já o Manual de Fluxos e Rotinas de Trabalho da Área Administrativa é fruto do projeto “Modular para Otimizar”, que contou com uma equipe multidisciplinar formada por servidores da casa. Por meio da iniciativa, foram criados 27 fluxos de rotinas laborais das áreas-alvo selecionadas, além da geração de 21 modelos uniformizados, a exemplo de requerimentos, solicitações e termos de referência.

Vale ressaltar que o Manual Administrativo é acessível já que seu formato permite a integração com ferramentas de audiodescrição para deficientes visuais.



Mapa de processos

Ao todo, o MPAL conta com 102 processos de atividades mapeados. Destes, 24 fluxos foram elaborados entre 2020 e 2024, o que representa um aumento de cerca de 30% em relação à gestão anterior. Além disso, há processos em desenvolvimento ou aguardando aprovação.

Processos homologados da área meio:

- **Convocação para Reunião de Análise Estratégica – RAE** – Normatizar o procedimento que possibilita a realização de convocação para Reunião de Análise Estratégica – RAE no âmbito institucional;
- **Comunicação de Ata RAE Aprovada** – Normatizar o procedimento sobre a comunicação de Ata RAE aprovada;
- **Elaboração de Relatório Anual de Resultado de Indicadores Estratégicos** – Formalizar os procedimentos referentes à elaboração de relatório anual de resultado de indicadores estratégicos do MPAL;
- **Manutenção Preventiva do Grupo Gerador** – Formalizar os procedimentos referentes à manutenção preventiva do grupo gerador;
- **Manutenção Corretiva/Emergencial do Grupo Gerador** – Formalizar os procedimentos referentes à manutenção corretiva/emergencial do grupo gerador;
-
- **Solicitação de Registro Contábil e Liquidação de Despesas de Serviços** – Formalizar os procedimentos referentes ao registro contábil e liquidação de despesas de serviços;
- **Solicitação de Registro Contábil e Liquidação de Despesas de Serviços e de Aquisição de Bens** – Formalizar os procedimentos referentes ao registro contábil e liquidação de despesas de serviços e de aquisição de bens;
- **Nomeação para Cargo em Comissão e Designação para Função de Confiança de Membros (Res. CNMP nº 160/2017)** – Normatizar o procedimento para nomeação para cargo em comissão e designação para função de confiança de membros no âmbito institucional;
- **Acompanhamento de Evento** – Estabelecer os procedimentos laborais para padronização de processo de solicitação de acompanhamento de evento no âmbito institucional;

- **Elaboração de Convite** – Estabelecer os procedimentos laborais para padronização de processo de elaboração de convite no âmbito institucional;
- **Solicitação de Evento Interno** – Estabelecer os procedimentos laborais para padronização de processo de solicitação de evento interno no âmbito institucional;
- **Inclusão de Projeto no Portfólio Asplage sem Designação de Equipe** – Formalizar os procedimentos referentes à documentação de iniciativas em execução ou executadas e que possuem características de projeto;
- **Desfazimento de Bens** - Alinhar os procedimentos laborais referentes ao desfazimento de bens ministeriais;
- **Tombamento de Bens** - Alinhar os procedimentos laborais referentes ao tombamento de bens ministeriais;
- **Transferência de Patrimônio (Lei n.º 4320/64 e CF 88)** - Alinhar os procedimentos laborais referentes à transferência de patrimônio ministeriais;
- **Manutenção Predial Preventiva** - Formalizar o procedimento referente à manutenção predial preventiva das unidades do Ministério Público de Alagoas;
- **Manutenção Predial Corretiva** - Formalizar o procedimento referente à manutenção predial

corretiva para as unidades do Ministério Público de Alagoas;

- **Agendamento de Serviço de Limpeza e Copeiragem** - Formalizar o procedimento referente ao agendamento de serviço de limpeza e copeiragem para as unidades do Ministério Público de Alagoas;
- **Correição Ordinária** - Estabelecer os procedimentos laborais para padronização de processo de Correição Ordinária no âmbito do Ministério Público do Estado de Alagoas;
- **Requerimento de concessão de Auxílio-Saúde (Ato PGJ – 07/2021)** - Formalizar os procedimentos referentes ao requerimento de concessão de auxílio-saúde conforme preconiza o Ato PGJ n.º 07/2021;
- **Fluxo de Publicação de Edital para Captação de Projetos** - Formalizar os procedimentos para publicação de edital para captação de projetos harmonizados com o Plano Estratégico Institucional (PEI) e o Plano Geral de Atuação (PGA);
- **Fluxo de Priorização dos Projetos Estratégicos do MPAL** - Formalizar os procedimentos para priorização dos Projetos Estratégicos do MPAL harmonizados com o Plano Estratégico Institucional (PEI) e o Plano Geral de Atuação (PGA).

Processos homologados na área-fim:

- **Distribuição de Notícia de Fato (NF) \ Protocolo Unificado (PU) pela Coordenação das Promotorias de Justiça da Fazenda Municipal** - Estabelecer os procedimentos laborais para padronização de processo de distribuição de Notícia de Fato (NF) \ Protocolo Unificado (PU) no âmbito das Promotorias de Justiça da Fazenda Municipal.
- **Distribuição de Protocolo Unificado (PU) pela Coordenação das Promotorias de Justiça da Fazenda Estadual (17ª – 22ª)** – Estabelecer os procedimentos laborais para padronização de processo de distribuição de Protocolo Unificado no âmbito das Promotorias de Justiça da Fazenda Estadual 17ª, 18ª, 19ª, 20ª, 21ª e 22ª.

Processo aguardando aprovação:

- **Atendimento Presencial ao Cidadão** - Formalizar os procedimentos para atendimento presencial à população alagoana.

Atividades Futuras

- Promover a cultura de processos de atividades no ambiente institucional por meio de palestras/oficinas de curta duração;
- Buscar meios de estabelecer o processo de melhoria contínua dos processos.

Processos em elaboração:

- Desfazimento de bens por doação;
- Prestação de contas anual ao TCE;
- Empenho;
- Pagamento;
- Solicitação de teletrabalho;
- Alteração de fluxo de trabalho aprovado;
- Cadastro de fluxo de trabalho aprovado no Sistema Inova.

Seção de Gestão de Projetos

Produtos elaborados com a participação do Escritório de Processos de Atividades

Nos últimos quatro anos, o gerenciamento de projetos no âmbito do MPAL contou com o apoio total da Procuradoria-Geral de Justiça, que investiu nos projetos acreditando nos resultados que seriam colhidos. Esse apoio institucional foi o grande responsável pelas iniciativas de sucesso que impactaram a sociedade alagoana nos últimos anos

e levaram a instituição ao reconhecimento em grandes premiações e pelo próprio CNMP.

Entre 2020 e 2024, foram aprovados 65 novos projetos estratégicos, distribuídos pelas mais diversas áreas de atuação. Estes projetos alavancaram a execução do PEI, gerando resultados para a instituição e para a sociedade.

Sistema Inova

Em 2020, os projetos estratégicos institucionais passaram a ser gerenciados pelo Sistema de Gerenciamento de Projetos e Processos Inova, que permite o cadastro das iniciativas e acompanhamento da execução numa plataforma de fácil utilização e visualização.

Até o momento, já foram gerenciados, por meio do Inova, 79 projetos e cinco programas, além de 37 planos de trabalho. A plataforma conta com 65 servidores cadastrados e 45 membros. Deles, 48 realizaram capacitações ofertadas pelo Escritório de Projetos para utilização do sistema.

Business Intelligence do Inova

A Asplage tem realizado um trabalho junto à Diretoria de Tecnologia da Informação para a criação de painéis de Business Intelligence do Sistema Inova, permitindo, assim, a análise dos dados cadastrados em todos os projetos e planos estratégicos. Com esse recurso, membros e servidores terão acesso a informações de forma facilitada, contribuindo positivamente para a tomada de decisão.



Equipe da Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica



CONHEÇA OS PROGRAMAS E PROJETOS DO MPAL

PROGRAMA DE LOCALIZAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DE DESAPARECIDOS – PLID/MPAL– SINALID/CNMP

Coordenação: Thomaz Fireman e promotora de Justiça Marluce Falcão de Oliveira

Objetivo: o programa de localização e identificação de desaparecidos busca, no âmbito das atribuições do Ministério Público do Estado de Alagoas, a integração do sistema nacional de localização e identificação de desaparecidos (Sinalid), promovendo a criação da Rede de Busca de Desaparecidos.

MINISTÉRIO PÚBLICO COMUNITÁRIO

Coordenação: promotores de Justiça Cláudio Malta e Maria José Alves (membro auxiliar)

Objetivo: mobilização e capacitação de pessoas da comunidade para atuarem como mediadores de conflitos, agentes comunitários de cidadania e agentes de análise da realidade local através da efetivação dos três eixos estratégicos do programa: mediação de conflitos, animação de redes sociais e observatório de cidadania, tornando-as protagonistas na prevenção e solução dos conflitos e aptas a atuarem como agentes de transformação da realidade da comunidade.

PROGRAMA DE ATUAÇÃO MINISTERIAL PARA CONSERVAÇÃO DE ESPÉCIES AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO

Coordenação: promotores de Justiça Alberto Fonseca e Jorge José Tavares Dória

Objetivos: Desenvolver ações e projetos que possibilitem a atuação ministerial para a conservação de espécies ameaçadas de extinção in situ e ex-situ por meio da educação ambiental, fomento à fiscalização e proteção das espécies e seus habitats, seguindo os protocolos específicos definidos nos planos de ação.

PROGRAMA DE FISCALIZAÇÃO PREVENTIVA INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO EM ALAGOAS – FPI DO SÃO FRANCISCO

Coordenação: promotores de Justiça Lavínia

Fragoso e Alberto Fonseca

Objetivo: contribuir para o processo de revitalização da Bacia do Rio São Francisco em Alagoas a partir de um olhar interdisciplinar, buscando a proteção do meio ambiente natural, cultural e do trabalho, bem como a melhoria da qualidade de vida das populações da Bacia por meio do uso sustentável dos seus recursos naturais.

PROGRAMA ABUSO SEXUAL – NOTIFICAR É PRECISO

Coordenação: promotores de Justiça Lucas Sachsida Carneiro e Dalva Vanderley Tenório.

Objetivo: orientar e integrar os órgãos de primeiro contato, como hospitais, maternidades, escolas, conselhos tutelares e unidades básicas de saúde, buscando o cumprimento das notificações de casos de abuso sexual.

PROJETO GESTÃO DE CUSTOS – IMPLANTAÇÃO DO SICGESP

Equipe: Bruno Daniel de Lima, Jamille Setton Mascarenhas, Arthur Tavares e Eglene Franco

Objetivo: Implantação do Sistema de Governança Pública baseado em custos aplicado ao setor público.

PROJETO PAINEL DA IMPROBIDADE

Equipe: Vitor Luiz Pereira Ribeiro, Roberto Filipe de Almeida Coimbra, Dogivaldo Mendonça de Castro Junior e promotor de Justiça José Carlos Silva Castro

Objetivo: Por meio da criação de painéis com a ferramenta BI, permitir uma análise ampla da atuação do MPAL no combate à improbidade administrativa no Estado de Alagoa com dados objetivos e precisos.

PROJETO SISTEMA DE GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS E VOLUNTÁRIOS – SISTEMA APOLO

Equipe: Wesley de Oliveira Cavalcante, Vitor Luiz Pereira Ribeiro e Andreza Galindo Alves de Queiroz.

Objetivo: Ampliação e melhorias no sistema Apolo
- Gestão de Estagiários e Voluntários

PROJETO DE OLHO NO TRANSPORTE LEGAL

Equipe: Wesley de Oliveira Cavalcante, Diogo dos Santos Fonseca e o promotor de Justiça Lucas Sachsa Carneiro Junqueira

Objetivo: Desenvolvimento de um software de acompanhamento das vistorias do transporte escolar no estado que gerará os insumos necessários para a criação de painéis com a ferramenta de BI QlikSense. O objetivo é permitir uma análise ampla da situação do transporte escolar em todo o estado de Alagoas.

DIREITOS HUMANOS EM PAUTA

Equipe: Thomaz Augusto Lucena Fireman e as promotoras de Justiça Marluce Falcão de Oliveira, Dalva Vanderley Tenório e Hylza Paiva Torres.

Objetivos: Conjunto de ações para fortalecimento da cultura de defesa dos Direitos humanos no estado de Alagoas e a maior aproximação entre Ministério Público e a sociedade.

PROJETO AMIGO DA SOCIOEDUCAÇÃO

Equipe: Natasha Alves de Gusmão, Alyson Elvis Lima Albino e a promotora de Justiça Marília Cerqueira Lima

Objetivos: Promoção de garantias e direitos fundamentais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em Maceió por meio de doações de produtos e serviços devidamente fiscalizados às unidades de internação. Criação do Selo “Amigo da Socioeducação” para prestigiar as instituições e empresas que contribuíram para as ações do projeto.

PROJETO RECOMEÇAR – OFICINA DE JOVENS APRENDIZES

Equipe: Amanda Eloyse Silva Costa, Maria Cristina Mendes Cavalcante e os promotores de Justiça Maurício Amaral Wanderley e Viviane Karla da Silva Farias

Objetivos: Capacitar e inserir no mercado de trabalho adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social, com foco especial naqueles que cumprem medidas socioeducativas, propiciando oportunidade de mudança de vida e

de transformação social.

PROJETO DESTINE ESPERANÇA

Equipe: Natasha Alves de Gusmão e promotores de Justiça Marília Cerqueira Lima e Ubirajara Ramos

Objetivo: Divulgação da possibilidade de destinação de percentual do imposto de renda devido para o Fundo para Infância e Adolescência visando ao aumento dos recursos a serem disponibilizados para projetos de proteção à infância e juventude.

IDOSO CIDADÃO

Equipe: Thomaz Augusto Lucena Fireman e promotora de Justiça Marluce Falcão de Oliveira

Objetivos: Fomentar o fortalecimento da rede de proteção e efetivação dos direitos da pessoa idosa e a interação entre o MPAL e os órgãos de defesa dos idosos. Promover a criação, implantação e/ou funcionamento dos Conselhos Municipais de Idosos no Estado de Alagoas.

REINTRODUÇÃO DO MUTUM – FASE 2

Equipe: Márcio Antônio Gomes Reis Júnior e os promotores de Justiça Alberto Fonseca e Lavínia Silveira Fragozo

Objetivos: Relatório descritivo das ações desenvolvidas no sentido de possibilitar o êxito no processo de reintrodução do mutum-de-alagoas em seu habitat, conforme protocolos específicos definidos no Plano de Ação Mutum.

INDÚSTRIA DO CONHECIMENTO NA SOCIOEDUCAÇÃO

Equipe: Thiago Alves da Silva e promotora de Justiça Marília Cerqueira Lima

Objetivo: Execução de ações para proporcionar a construção da Biblioteca “Unidade da Indústria do Conhecimento” no sistema socioeducativo alagoano.

VISÃO SOLIDÁRIA

Equipe: Rosana Cavalcante Lucena, Victor Marinho de Melo Magalhães e Andreza Galindo Alves de Queiroz.

Objetivos: Capacitar membros, servidores, estagiários e voluntários com o intuito de melhor

atender os portadores de deficiência visual que procuram atendimento no MPAL.

APP PROTEÇÃO MULHERES

Equipe: Wesley de Oliveira Cavalcante e os promotores de Justiça Hylza Paiva Torres de Castro, Stela Valéria Cavalcanti e José Antônio Malta Marques

Objetivos: Colocar à disposição da sociedade uma ferramenta de grande alcance social, com fácil utilização e funcionalidade por meio das plataformas Android e IOS, na qual sejam fornecidas informações úteis para que os usuários denunciem os crimes de violência contra a mulher, preenchendo informações que ajudarão na tomada das providências cabíveis.

MP EMPODERADOR

Equipe: Warlley Kaleu da Silva, o procurador de Justiça Valter José de Omena Acioly e o promotor de Justiça Rogério Paranhos Gonçalves

Objetivo: Apoiar o cidadão no fortalecimento de sua autonomia e da comunidade na resolução de seus conflitos por meio de técnicas de autocomposição e capacitações específicas.

RODAS DE CONVERSA COM A SOCIOEDUCAÇÃO

Equipe: Natasha Alves de Gusmão e a promotora de Justiça Marília Cerqueira Lima

Objetivos: com vistas a enfrentar o provável distanciamento entre os retro denominados Sistemas de Justiça Juvenil e Socioeducativo, foram instituídos encontros virtuais, por iniciativa da 12ª Promotoria de Justiça da Capital, como uma das estratégias de enfrentamento da pandemia da Covid-19.

AGOSTO LILÁS

Equipe: Maria Cristina Mendes Cavalcante e as promotoras de Justiça Maria José da Silva e Hylza Paiva Torres de Castro

Objetivos: a campanha Agosto Lilás desenvolve ações instigando a sociedade a entender a importância de contribuir na defesa da mulher e sua valorização. Estimula o combate à violência doméstica e familiar contra a mulher por meio de ações que contam com o engajamento de membros, servidores, da Procuradoria-Geral de Justiça, do Centro de Apoio Operacional, do Núcleo

de Defesa da Mulher, do Núcleo de Combate à Criminalidade e de representantes de diversas instituições.

ABUSO SEXUAL: NOTIFICAR É PRECISO

Equipe: Carla Giovanna Almeida Moura e promotores de Justiça Dalva Vanderlei Tenório e Lucas Sachsida Carneiro Junqueira

Objetivo: Capacitar, orientar e informar profissionais da saúde e educação no trato com a criança e o adolescente em situação de vulnerabilidade diante do abuso sexual para que notifiquem os órgãos responsáveis sobre a ocorrência de crime, contribuindo no combate à criminalidade e na prevenção em defesa dos vulneráveis. Criar formulários e documentos aptos a adesão de outras Promotoria de Justiça.

PROJETO IDOSO CIDADÃO 2021

Equipe: Thomaz Augusto Lucena Fireman e os promotores de Justiça Marluce Falcão de Oliveira, Dênis Guimarães de Oliveira e Kleber Valadares.

Objetivos: Dando continuidade ao projeto executado no ano de 2020, o projeto visa realizar um conjunto de ações, com possibilidade de adesão por partes dos demais promotores de Justiça interessados, para fortalecimento da cultura de defesa dos Direitos humanos da pessoa idosa no estado de Alagoas, incentivar e fiscalizar as políticas públicas em favor do idoso e criação dos conselhos e fundos municipais da pessoa idosa.

SOU DO BEM, DIGO NÃO À CORRUPÇÃO – NAS REDES

Equipe: Antônio Miguel Barros Tenório e promotores de Justiça Stela Valéria Soares de Farias Cavalcanti, Marluce Falcão de Oliveira e Jamyl Gonçalves Barbosa

Objetivos: Por meio do projeto pretende-se ampliar a divulgação da cartilha “Sou do Bem, Digo Não à Corrupção! em todo o estado de Alagoas, por meio de lives, eventos, convênios e termos de parceria.

E-CAPACITA PROGRAMA DE ESTÁGIO

Equipe: Andreza Galindo Alves de Queiroz, Isabelle Nicole Ramos Araújo e o promotor de Justiça Cláudio José Brandão Sá

Objetivos: Estabelecer conteúdos para implementação de capacitações dirigidas aos

estagiários recém integrados ao MPAL. Disponibilização de plataforma de ensino EAD.

PROJETO 11ª ETAPA DA FPI DO SÃO FRANCISCO

Equipe: Thaísa Ellane de Jesus Cavalcante Lamenha, Márcio Antônio Gomes Reis Júnior e os promotores de Justiça Alberto Fonseca e Ricardo Libório de Souza.

Objetivos: Relatório Final com apresentação das ações desenvolvidas durante a FPI

REINTRODUÇÃO DO MUTUM – FASE 3

Equipe: Márcio Antônio Gomes Reis Júnior e promotor de Justiça Alberto Fonseca

Objetivos: Continuidade nas ações para possibilitar a reprodução e reintrodução do mutum-de-alagoas em parceria com as instituições envolvidas.

MENSAGEIROS DA ESPERANÇA

Equipe: Isabelle Nicole Ramos de Araújo, Maria Cristina Cavalcanti Bispo, Karthalliane Medeiros e a promotora de Justiça Hylza Paiva Torres de Castro

Objetivos: Formação de uma rede de apoio que atuará junto à comunidade escolar da rede pública de ensino estadual e municipal, rede particular e demais no município de Coruripe, visando tratar de temas relacionados ao suicídio, automutilação e depressão, formando a Rede Mensageiros da Esperança.

AGOSTO LILÁS 2021

Equipe: Maria Cristina Mendes Cavalcante e promotoras de Justiça Maria José da Silva e Hylza Paiva Torres de Castro

Objetivos: a campanha Agosto Lilás desenvolve ações instigando a sociedade a entender a importância de contribuir na defesa da mulher e sua valorização. Estimula o combate à violência doméstica e familiar contra a mulher por meio de ações que contam com o engajamento de membros, servidores, da Procuradoria-Geral de Justiça, do Centro de Apoio Operacional, do Núcleo de Defesa da Mulher, do Núcleo de Combate à Criminalidade e de representantes de diversas instituições.

SISTEMA DE CONTROLE DE ASSENTAMENTOS

FUNCIONAIS

Equipe: Roberto Filipe de Almeida Coimbra e promotora de Justiça Adriana Gomes dos Santos

Objetivos: Desenvolvimento de um sistema de TI para consolidação dos dados dos assentamentos funcionais constantes na Corregedoria-Geral realizando a comunicação dos dados com a Diretoria de Pessoal e possibilitando o preenchimento e atualização pelos próprios membros.

PRÊMIO MP DE JORNALISMO

Equipe: João Alcides de Sá Cerqueira, Claudemir Mota, Thiago Henrique Ferreira, Dulce Melo e Janaina Ribeiro Soares

Objetivo: Organização do Prêmio MP de Jornalismo

ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL RESTAURADOR - ANPP RESTAURADOR

Equipe: Eveline Soares de Melo e promotor de Justiça Thiago Chacon Delgado

Objetivos: Ajudar no combate à criminalidade, sobretudo na ressocialização e recuperação de investigados e réus que estejam respondendo por crimes de tráfico de drogas, mais especificamente o tráfico privilegiado. Objetiva implementar o ANPP restaurador.

O PREÇO DO CRIME: REPARAÇÃO PENAL COM RESPONSABILIDADE SOCIAL

Equipe: promotoras de Justiça Karla Padilha Rebelo Marques, Marluce Falcão de Oliveira e Mirya Tavares Pinto Cardoso Ferro

Objetivos: Obter, a partir dos acordos de não persecução penal, da transação penal e do sursis, respeitados os critérios subjetivos da condição socioeconômica do réu/investigado e da gravidade do delito, recursos materiais para munir as delegacias e distritos policiais de condições mínimas para atuação da polícia judiciária investigativa, visando uma maior resolução dos crimes e uma melhor qualidade dos inquéritos, com o fito de garantir a efetividade do direito de todos à segurança pública, constitucionalmente assegurado.

FITINHAS DA PROTEÇÃO

Equipe: Maria Cristina Mendes, Andreza Galindo Alves de Queiroz, João Rodrigo Santos Ferreira, Jediane Freitas e o promotor de Justiça Cláudio Luiz

Galvão Malta

Objetivos: Proporcionar às crianças e adolescentes um instrumento que impulse a autodefesa e a denúncia contra violência sexual.

MULHERES EM SEGURANÇA – ASSÉDIO NÃO!

Equipe: promotora de Justiça Karla Padilha Rebelo Marques, Elaine Cristina Pimentel Costa, Matheus Oliveira e Aline Rodrigues de Oliveira

Objetivos: Desenvolver uma cultura de igualdade de gênero e de não discriminação nos órgãos de segurança pública: Polícia Militar, no Corpo de Bombeiros, na Polícia Civil, na Polícia Penal e na Perícia Oficial, enfrentando o assédio sexual e moral contra mulheres.

SEDE DE APRENDER – ÁGUA POTÁVEL NAS ESCOLAS

Equipe: Delúcio Andrade e promotores de Justiça José Carlos Silva Castro, Lucas Sachsida Junqueira e Kleber Valadares

Objetivos: Adequação e estruturação das escolas das redes estadual, municipal e privada no que diz respeito às melhorias nas instalações físicas, mormente aquelas que ainda não possuem estrutura adequada na rede de saneamento básico, oferta de água potável e banheiros adequados.

MP DE PORTAS ABERTAS

Equipe: Rosana Cavalcante Lucena, Alyson Elvis Lima Balbino, Marcelo José da Rocha Nery e Isadora Aguiar.

Objetivo: Estudar as necessidades acerca da estrutura física, capacitação de pessoal, entre outros requisitos para melhoria de atendimento ao público no MPAL.

CASA DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS EM ESTADO DE VULNERABILIDADE

Equipe: Flávio Vasconcelos de Brito e promotor de Justiça José Antônio Malta Marques

Objetivos: Fomentar a criação e melhorias de Casas de Acolhimento nos municípios alagoanos

PROJETO EMPODERAMENTO DIGITAL – INCLUSÃO DIGITAL COMUNITÁRIA

Equipe: promotor de Justiça Rogério Paranhos Gonçalves e Warley Kaleu da Silva

Objetivos: incentivar a articulação comunitária no fortalecimento de sua autonomia quanto à obtenção de serviços públicos nos meios virtuais de atendimento.

RODAS DE CONVERSA COM A SOCIOEDUCAÇÃO

Equipe: Natasha Alves de Gusmão e promotora de Justiça Marília Cerqueira Lima

Objetivos: com vistas a enfrentar o provável distanciamento entre os retro denominados Sistemas de Justiça Juvenil e Socioeducativo, foram instituídos encontros virtuais, por iniciativa da 12ª Promotoria de Justiça da Capital, como uma das estratégias de enfrentamento da pandemia vivenciada.

PROJETO FORMAR E DESENVOLVER

Equipe: Andreza Galindo Alves de Queiroz, Emanuela Montoni, Isabelle Nicole Araújo e o promotor de Justiça Cláudio José Brandão Sá.

Objetivo: Projetos pedagógicos para capacitação de membros e servidores, ementas das disciplinas dos cursos e experiência adquirida.

PROJETO SOCIOEDUCAÇÃO EM DADOS

Equipe: Thiago Alves da Silva, Diogo dos Santos Fonseca e as promotoras de Justiça Marília Cerqueira Lima e Alexandra Beurlen.

Objetivo: Criação de formulários on-line para coleta de dados em tempo real, elaboração de painéis com atualização em tempo real, disponibilização dos formulários por meio da adesão dos membros e abertura de adesão para membros e socialização dos dados.

PROJETO BOA HORA: PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA

Equipe: Dogivaldo Mendonça de Castro Júnior e os promotores de Justiça Lidia Malta Prata Lima, Ricardo Libório de Souza e Paulo Henrique Carvalho Prado.

Objetivos: Campanha e capacitação acerca dos direitos das gestantes e parturientes.

PROJETO ANPP RESTAURADOR 2

Equipe: promotor de Justiça Thiago Chacon Delgado e Eveline Soares de Melo

Objetivo: Ajudar no combate ao crime realizando a ressocialização e recuperação de investigados e réus, assim como determinar o tratamento para dependência química.

PROJETO 12ª ETAPA DA FPI DO SÃO FRANCISCO

Equipe: Thaísa Ellane de Jesus Cavalcante Lamenha, Márcio Antônio Gomes Reis Júnior, Alberto Fonseca, Lavínia Fragoso.

Objetivos: Relatório final com apresentação das ações desenvolvidas durante a FPI

PROJETO ORGANOGRAMA INSTITUCIONAL

Equipe: Isadora Aguiar Ferreira, Bruno Daniel de Lima, Victor Hugo Lessa Pierre e Victor Marinho de Melo Magalhães

Objetivo: Atualizar a Estrutura Hierárquica Organizacional do Ministério Público de Alagoas

PROJETO MP CONECTADO COM VOCÊ – PERTURBAR O SOSSEGO É ESCOLHA SUA

Equipe: promotor de Justiça José Antônio Malta Marques e Nilton dos Santos Ferreira Júnior

Objetivos: Implementar ações em todo o estado de Alagoas para intensificar o combate à prática de ilícitos caracterizados pelo excesso de graduação sonora, bem como pela perturbação do sossego público, atuando preventivamente em relação a outros crimes decorrentes do uso abusivo de equipamentos sonoros.

PROJETO PRÓ-MANGUEZAIS

Equipe: Thaísa Ellane de Jesus Cavalcante Lamenha, Márcio Antônio Gomes Reis Junior e os promotores de Justiça Lavínia Silveira e Alberto Fonseca

Objetivos: Elaborar ações estratégicas de proteção dos manguezais no estado de Alagoas, agindo primeiramente no diagnóstico da situação para posteriormente agir com vistas à sua conservação.

PROJETO BARRAGEM SEGURANÇA

Equipe: Thaísa Ellane de Jesus Cavalcante Lamenha, Márcio Antônio Gomes Reis Júnior e os promotores de Justiça Lavínia Silveira e Alberto Fonseca

Objetivos: Inspecionar e monitorar as barragens mais emblemáticas no estado de Alagoas, fomentando sua regularização e segurança.

PROJETO ROMPENDO O CICLO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

Equipe: promotor de Justiça Márcio Dória da Cunha

Objetivos: Formação de uma rede de apoio para atendimento das mulheres vítimas de violência doméstica e elaboração de fluxo de atendimento com apoio das instituições parceiras.

PROJETO DESTINE DIGNIDADE

Equipe: promotores de Justiça Marluce Falcão de Oliveira, Denis Guimarães Oliveira e Micheline Laurindo Tenório dos Anjos; além dos servidores Janaína Ribeiro Soares, Maria Cristina Mendes Cavalcante Bispo Oliveira e Thomaz Augusto Lucena Fireman.

Objetivos: a entrega da campanha Destine Dignidade, que tem como escopo fomentar a doação de verbas oriundas do IRPF para o Fundo da Pessoa Idosa.

PROJETO DEVER DE CASA: PROTEÇÃO E INCLUSÃO NA ESCOLA

Equipe: Delúcio de Gusmão Andrade, Maria Cristina Mendes Cavalcante Bispo Oliveira e os promotores de Justiça Cláudio Luiz Galvão Malta, Hylza Paiva Torres de Castro, Kleber Valadares Coelho Júnior e Lucas Sachsida Junqueira Carneiro.

Objetivos: incluir na grade escolar conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção contra a criança, adolescente e a mulher, e estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

PROJETO ESCOLA DO JÚRI: O TRIBUNAL DA CIDADANIA.

Equipe: Lavínia Maria Oliveira Nobre e os promotores de Justiça Lídia Malta Prata Lima, Ariadne Dantas Meneses e Ricardo de Souza Libório.

Objetivos: criação de Escola do Júri pela ESMPAL e

ações coordenadas com atividades de participação do MPAL na docência.

PROJETO GRUPO DE APOIO ÀS VÍTIMAS DE CRIME - GAVCRIME

Equipe: promotores de Justiça Marluce Falcão de Oliveira, Hylza Paiva Torres De Castro, Mirya Tavares Pinto Cardoso Ferro e Flávio Vasconcelos de Brito

Objetivos: criação de um núcleo de atendimentos às vítimas de crimes para acolhimento e fornecimento de informações e outras medidas.

PROJETO GRUPO DE ESTUDOS CRIMINAIS - SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL E DIREITOS FUNDAMENTAIS

Equipe: Thiago Duarte Cavalcante e os promotores de Justiça Mirya Tavares Pinto Cardoso Ferro, Marluce Falcão de Oliveira e Silvana de Almeida Abreu.

Objetivos: apuramento pelo número das ações resolutivas de capacitação de membros e agentes de segurança pública, conselhos de segurança e ações preventivas, por meio de campanhas de prevenção e produção técnico-jurídica.

PROJETO IDOSO CIDADÃO – CAMPO ALEGRE

Equipe: promotor de Justiça Andreson Charles da Silva Chaves

Objetivos: realizar ações para a formação da rede de proteção ao idoso no município de Campo Alegre - AL

PROJETO MULHERES EM SEGURANÇA: ASSÉDIO NÃO!

Equipe: promotoras de Justiça Karla Padilha Rebelo Marques e Marluce Falcão De Oliveira.

Objetivos: Desenvolver uma cultura de igualdade de gênero e de não discriminação nos órgãos de segurança pública: Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Polícia Civil, Polícia Penal e na Perícia Oficial enfrentando o assédio sexual e moral contra mulheres.

PROJETO OBSERVATÓRIO DE DIREITOS DO MPAL

Equipe: procuradores de Justiça Eduardo Tavares Mendes e Marluce Falcão de Oliveira e promotora de Justiça Lídia Malta Prata Lima

Objetivos: criação, estruturação e funcionamento do Observatório de Direitos Humanos - MPAL

PROJETO PEQUENOS DELITOS, GRANDES TRANSFORMAÇÕES!

Equipe: Débora Silva Santos e os promotores de Justiça Bruno De Souza Martins Baptista e Sandra Malta Prata Lima.

Objetivos: Destinação Social e humanitária às Transações Penais.

PROJETO PROTEÇÃO NA REDE

Equipe: Janaina Ribeiro, Thaysa Bernado e os promotores de Justiça Cláudio Luiz Galvão Malta e Adézia Ferreira Lima.

Objetivos: criar espaços de comunicação e participação para difusão de conteúdos e ideias sobre Direitos da mulher, diversidade, minorias e combate as violências domésticas e familiares.

PROJETO SISTEMA PENTE FINO

Equipe: John Lenon Santos, Isadora Barros Rodrigues e o promotor de Justiça Hamilton Carneiro Júnior

Objetivos: criação de sistema que permita encontrar, indexar e apresentar informações sobre as despesas públicas escrituradas nos portais de transparência dos 102 municípios de AL.

PROJETO SISTEMA LUMIAR

Equipe: promotor de Justiça Hamilton Carneiro Júnior, John Lenon Santos Nascimento e Isadora Barros Rodrigues

Objetivos: consistirá em um ambiente que integrará o repositório de todos os RIFS difundidos ao Ministério Público do estado de alagoas

PROJETO SOU DO BEM, DIGO NÃO À CORRUPÇÃO - NAS REDES

Equipe: Antonio Miguel B. T. V. Dos Santos, Luciano Soares Silvestre e os promotores de Justiça Stela Valéria S. De F. Cavalcanti, Norma Suely Medeiros e Janyl Gonçalves Barbosa.

Objetivos: Produzir, em parceria com indivíduos e

entidades parceiras, novos materiais de divulgação da temática do Projeto “Sou do Bem, Digo Não à Corrupção” direcionados às redes sociais.

PROJETO TERCEIRO SETOR DIGITAL

Equipe: promotor de Justiça Givaldo de Barros Lessa e Eveline Soares De Melo

Objetivos: projeto visa realizar a digitalização, inserção e atualização de informações, inicialmente de todas as fundações existentes no estado de Alagoas, com possível ampliação do espectro para as demais entidades do terceiro setor que tenham interesse público, formando uma base de dados atualizável, disponíveis ao Ministério Público e a toda sociedade, inclusive no tocante à aplicação dos recursos públicos no desenvolvimento destas atividades.

PROJETO REDE DE APOIO À MULHER NA RODA – TERAPIA COMUNITÁRIA INTEGRATIVA.

Equipe: promotor de Justiça Cláudio Luiz Galvão Malta e Luciana Dantas

Objetivos: Realizar três rodas de terapia comunitária integrativa em caráter permanente para atender a familiares de alunos matriculados nas escolas do território (Vergel do Lago) durante o prazo de execução do projeto; Criação de uma Roda de Terapia Comunitária Integrativa na sede da casa da mulher alagoana; Realização de rodas de terapia comunitária quinzenais em cada uma das unidades criadas ou a cada mês dependendo das necessidades; Produção material informativo e pedagógico a serem utilizados pelos profissionais de educação nas rodas de terapia e nas atividades curriculares para prevenção da violência Doméstica e Familiar; Atividades formativas para os profissionais de educação envolvidos.

PROJETO JUNTOS POR UMA ESCOLA QUE PROTEGE

Equipe: promotor de Justiça Cláudio Luiz Galvão Malta e os servidores Rita Ippolito, Marcel De Castro Vasconcelos, Diogo dos Santos Fonseca, Wesley de Oliveira Cavalcante e Roberto Filipe de Almeida Coimbra.

Objetivos: criação de um aplicativo para aparelhos celulares que possa ser disponibilizado para todos os profissionais de educação a fim de auxiliar na identificação, tipificação, abordagem, encaminhamento dos casos de violência contra crianças e situações abusivas.

PROJETO (RE)CONEXÃO

Equipe: procurador de Justiça Walber José Valente De Lima e os servidores Isabelle Nicole Ramos Araújo, Andressa de Freitas Santos Dantas, Andreza Galindo Alves de Queiróz, Henderson Rogers Melo da Silva, Anna Luísa Almeida Santana Plech, Douglas dos Santos Rifas e Camila de Souza Aguiar Costa.

Objetivos: realização mínima de 9 capacitações voltadas ao desenvolvimento de soft skills pelo público interno da instituição.

PROJETO JOGANDO PELA PAZ

Equipe: Maria Cristina Mendes Cavalcante Bispo Oliveira, Manuella Góes da Fonseca e os promotores de Justiça Sandra Malta Prata Lima e Bruno de Souza Martins Baptista.

Objetivos: implementar a criação de uma rede interinstitucional de prevenção e enfrentamento à violência entre as torcidas em Maceió visando reduzir 50% dos casos.

PROJETO MPAL: “DE MÃOS UNIDAS CONTRA O FEMINICÍDIO”

Equipe: Maria Cristina Mendes Cavalcante Bispo Oliveira, Maria Helena Cavalcante Fernandes e os promotores de Justiça José Antônio Malta Marques, Hylza Paiva Torres e Mirya Tavares Pinto Cardoso Ferro.

Objetivos: implementar a criação de grupos reflexivos e de assistência psicológica, voltadas aos agressores de Violência doméstica, em 100% das regiões com maiores índices de feminicídio em alagoas.

PROJETO MPAL: CONSTRUINDO CAMINHOS PARA UMA NOVA LIDERANÇA

Equipe: procurador de Justiça Walber José Valente de Lima e as servidoras Maria Helena Cavalcante Fernandes, Dilma Alves de Queiroz, Maria Cristina Mendes Cavalcante Bispo de Oliveira e Andreza Galindo Alves De Queiroz

Objetivos: Capacitações e palestras direcionadas aos estagiários, servidores e membros do Ministério Público com foco em temas relacionados à liderança, clima organizacional e desenvolvimento.

PROJETO PROJETO MP CONECTADO COM VOCÊ, PERTURBAR O SOSSEGO ALHEIO É ESCOLHA SUA.

Equipe: promotor de Justiça José Antônio Malta Marques e Nilton dos Santos Ferreira Júnior

Objetivos: Realizar ações de fiscalização e conscientização nos bairros e cidades com maior incidência da prática de perturbação do sossego público, contribuindo para a diminuição de crimes.

PROJETO SOCIOEDUCAÇÃO EM DADOS

Equipe: promotoras de Justiça Marília Cerqueira Lima e Alexandra Beurlen e os servidores Diogo dos Santos Fonseca e Thiago Alves da Silva

Objetivos: Criação de formulários on-line para coleta de dados em tempo real, elaboração de painéis com atualização em tempo real, disponibilização dos formulários por meio da adesão dos membros e abertura de adesão para membros e socialização dos dados.

PROJETO 1ª ETAPA – CONSERVAÇÃO DO MACACO-PREGO-GALEGO (SAPAJUS FLAVIUS) NA CAATINGA DE ALAGOAS

Equipe: promotores de Justiça Alberto Fonseca e Lavínia Frago e os servidores Isadora Aguiar Ferreira da Silva, Márcio Antônio Gomes Reis Júnior e Thaísa Ellane de Jesus Cavalcante Lamenha.

Objetivos: relatório final com as ações desenvolvidas, com o êxito na elaboração do plano de ação estadual de conservação do macaco-prego-galego (sapajus flavius) em alagoas.

PROJETO ATUAÇÃO EM REDE DO TERCEIRO SETOR

Equipe: promotor de Justiça Givaldo de Barros Lessa e Eveline Soares de Melo

Objetivo: visa estimular a interação com as grandes fundações, associações, pessoas do Sistema S e demais entidades do terceiro setor para que estas possam acrescer no desenvolvimento das pequenas instituições e, nesta simbiose, a missão de prestar serviço à sociedade seja fomentada exponencialmente.

PROJETO 1ª ETAPA – CONSERVAÇÃO DO PAPAGAIO DO MANGUE (AMAZONA AMAZÔNICA) NA MATA ATLÂNTICA DE ALAGOAS

Equipe: promotores de Justiça Alberto Fonseca e Lavínia Silveira de Mendonça Fragos e os servidores Fernando Antônio Vasco de Souza, Márcio Antônio Gomes Reis Júnior, Thaísa Ellane de Jesus Cavalcante Lamenha e Andreza Galindo Alves De Queiroz.

Objetivo: relatório final com as ações desenvolvidas, com o êxito na elaboração do plano de ação estadual de conservação do papagaio-do-mangue (amazona amazônica)

PROJETO II ETAPA DO PROJETO “ACOLHER PARA PROTEGER”

Equipe: promotor de Justiça José Antônio Malta Marques e Flávio Vasconcelos Brito.

Objetivo: Continuidade dos trabalhos de articulação para criação das Casas de Acolhimento em todas as regiões do estado de Alagoas, visando a proteção das crianças em situação de vulnerabilidade.

PROJETO INTOLERÂNCIAS

Equipe: João Alcides de Sá Cerqueira, Janaina Ribeiro Soares, Thiago Henrique Ferreira, Flávia Pamela De Lima, Anderson Cavalcante Macena e Ethiene Fonseca

Objetivo: Criação e veiculação de campanhas institucionais referentes a temas que envolvam preconceitos arraigados na sociedade. A iniciativa tem como objetivo aumentar a conscientização sobre os impactos negativos da intolerância e destacar a importância da igualdade, do respeito e da valorização da diversidade. Espera-se que isso promova uma mudança de mentalidade e atitudes em relação à tolerância.

PROJETO SISTEMA MP NA UNIDADE

Equipe: promotora de Justiça Micheline Laurindo Tenório Silveira dos Anjos e os servidores Roberto Filipe De Almeida Coimbra, Maryna Graciele de Oliveira Rosa Araújo, James da Silva Martins, Priscila Macêdo e Tiago Mesquita Duarte Da Rocha

Objetivo: Desenvolver sistema informatizado que auxilie o promotor de Justiça na atividade de acompanhamento da política pública de saúde, especialmente no que concerne à fiscalização de Unidades Básicas de Saúde (UBS) quanto à sua estrutura e regular funcionamento.

PROJETO SEDE DE APRENDER FASE 2: ÁGUA POTÁVEL NAS ESCOLAS BRASILEIRAS

Equipe: Delúcio de Gusmão Andrade e os promotores de Justiça Kleber Valadares Coelho Júnior, Lucas Sachsida Junqueira Carneiro e José Carlos Silva Castro.

Objetivos: adequação e estruturação das escolas das redes estaduais, municipais e privadas no que diz respeito às melhorias das instalações físicas.

PROJETO O PREÇO DO CRIME – REPARAÇÃO PENAL COM RESPONSABILIDADE SOCIAL

Equipe: promotora de Justiça Karla Padilha Rebelo Marques, Marluce Falcão de Oliveira e Myria Tavares Pinto Cardoso Ferro e o servidor Alyson Elvis Lima Balbino.

Objetivos: Obter, a partir dos acordos de não persecução penal, da transação penal e do sursis, respeitados os critérios subjetivos da condição socioeconômica do réu/investigado e da gravidade do delito, recursos materiais para munir as delegacias e distritos policiais de condições mínimas para atuação da polícia judiciária investigativa, visando uma maior resolução dos crimes e uma melhor qualidade dos inquéritos, com o fito de garantir a efetividade do direito de todos à segurança pública, constitucionalmente assegurado.

PROJETO “REORGANIZANDO A RAPS/AL – 10ª REGIÃO DA SAÚDE”

Equipe: promotor de Justiça Dênis Guimarães de Oliveira e os servidores Dario Santos e Shirley Viana.

Objetivos: a plena eficiência da RAPS/AL, iniciando-se por ações promovidas na 10ª Região de Saúde do Estado de Alagoas.

PROJETO MINISTÉRIO EM PÚBLICO

Equipe: promotor de Justiça Bruno de Souza Martins Baptista e Luiz Henrique Albuquerque de Brito

Objetivos: realização de uma espécie de “mutirão” de ação interinstitucional, com um sem número de benefícios à população, proporcionando o sentimento de que os habitantes dos povoados distantes também possuem os mesmos direitos dos demais, sabendo como exigí-los.

PROJETO DIREITOS HUMANOS EM PAUTA –

CIDADANIA NA COMUNIDADE

Equipe: promotoras de Justiça Marluce Falcão de Oliveira, Dalva Vanderlei Tenório e Hylza Paiva Torres De Castro e o servidor Thomaz Augusto Lucena Fireman.

Objetivos: busca construir uma instituição proativa na defesa da sociedade, alinhado com o Planejamento Estratégico 2023/2029, seguindo diretrizes convergentes à melhoria dos serviços prestados à sociedade, realizando ações em apoio operacional às Promotorias de Justiça, de forma a contribuir para a maior eficiência das unidades do Ministério Público de Alagoas. O Projeto desenvolverá ações permanentes conjuntamente com as promotorias especializadas da capital de Direitos Humanos, Promotoria de Defesa dos Idosos e dos Deficientes e a Promotoria dos Crimes contra a População de Vulneráveis, atuando de forma proativa, efetiva, preventiva e resolutive, respeitando as atribuições, competências constitucionais e vinculação ao planejamento estratégico institucional e do Conselho Nacional do Ministério Público.

PROJETO SELO AMIGO DA SOCIOEDUCAÇÃO

Equipe: Thiago Alves da Silva e a promotora de Justiça Marília Cerqueira Lima

Objetivos: Reconhecer o envolvimento de diversos segmentos da sociedade nas questões afetas à socioeducação e a consequente mobilização social em favor de um segmento extremamente discriminado, atribuindo às mesmas o Selo Amigo da Socioeducação.

App

Transporte

Legal



Ilustração: Kleber Valadares

O app que permite você verificar se os alunos da sua cidade estão sendo transportados com segurança.



NUDED
Núcleo de Defesa da Educação

CAOP
Centro de Apoio Operacional
às Promotorias de Justiça





Márcio Roberto Tenório de Albuquerque
Procurador-geral de Justiça



RELATÓRIO DE GESTÃO
INSTITUCIONAL 2020 - 2022
Ministério Público do Estado de Alagoas

www.mp.al.mp.br